

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALINE DE CÁSSIA DAMASCENO PEREIRA

**Aspectos da pedagogia no século XVII:
um estudo comparativo entre João Amós Comênio
e Alexandre de Gusmão**

São Carlos

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALINE DE CÁSSIA DAMASCENO PEREIRA

**Aspectos da pedagogia no século XVII:
um estudo comparativo entre João Amós Comênio
e Alexandre de Gusmão**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal
de São Carlos, para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Área de concentração:
Fundamentos da Educação
Orientadora: Prof^a Dra. Marisa Bittar

São Carlos

2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436ap

Pereira, Aline de Cássia Damasceno.

Aspectos da pedagogia no século XVII : um estudo comparativo entre João Amós Comênio e Alexandre de Gusmão / Aline de Cássia Damasceno Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
107 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Educação. 2. Reforma protestante. 3. Jesuítas. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

"Todos os artistas têm em comum a experiência da distância insondável que existe entre a obra de suas mãos, por conseguida que seja, e a perfeição fulgurante da beleza percebida no fervor do momento criativo: o que conseguem expressar no que pintam, esculpem ou criam é só um tênue reflexo do esplendor que durante uns instantes brilhou ante os olhos de seu espírito".

João Paulo II

“Crer para entender e entender para crer”.

João Paulo II

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Adão e Elza, pelo amor, trabalho e sacrifício, que tanto me fortaleceram e me impulsionaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Tudo, pelo amor incondicional e pela providência constante em minha vida.

A Maria Santíssima, presença silenciosa e reconfortante.

Ao Willian, meu grande irmão, pelo ombro amigo de todos os dias.

Ao meu esposo Fábio, pelo amor, companheirismo e apoio nos momentos mais difíceis.

À Marisa, minha orientadora e amiga. A você, em especial, meu sincero agradecimento pelo exemplo, pela compreensão, pelo carinho de mãe e pela confiança depositada em meu trabalho.

Ao Amarilio, que, nos anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento intelectual e humano.

Ao padre Valdir e ao padre Jorge, pela atenção e colaboração na pesquisa bibliográfica.

Aos meus verdadeiros amigos e companheiros de caminhada, que torceram por mim e com que hoje compartilho a alegria desta conquista.

Ao prof^o João Virgílio e à prof^a Mariângela, membros da banca, pela disponibilidade e pelas contribuições e a todos que colaboraram na realização desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções pedagógicas que embasam o pensamento de João Amós Comênio (1592-1670) e Alexandre de Gusmão (1629-1724). Para tanto, foram selecionadas suas obras de mais destaque, respectivamente: “Didática Magna” e “Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia”. Ambas foram elaboradas com uma finalidade: Comênio objetivava propor um método de ensino à luz da Reforma Protestante; Gusmão, missionário da Companhia de Jesus, produziu sua obra com o intuito de zelar pela formação cristã das famílias. Foram tomados como parâmetros os aspectos família, infância, escola e método. Quanto à infância, constatou-se que ambos consideram a criança imagem da inocência e a definem como uma tábua rasa, uma cera virgem, que pode ser moldada pela educação. Com relação à família, esta é enfatizada por Gusmão, enquanto base para formação da fé e da boa educação. No caso de Comênio, poucos são os momentos em que ele se dirige à questão familiar. Entretanto, considera que os pais são os primeiros educadores dos filhos. Sobre a escola, observa-se que, para Gusmão, a educação tem a finalidade de formar bons cidadãos para a República. Comênio, igualmente, afirma que a reforma social dar-se-á pela formação da juventude e que a educação deve ser para todos. A questão dos métodos pedagógicos perpassa toda a obra de Comênio. Para ele, a escola ideal deve formar o homem completo. Propõe um método universal e uma estrutura baseada nas fases de desenvolvimento infantil. Defende um ensino útil para a vida, aspecto também considerado por Gusmão, que poucas vezes refere-se às escolas. Desse modo observa-se que o binômio “família-escola” permanece indissociável nessas obras, modificando-se apenas o enfoque. A família é o centro da obra de Gusmão; Comênio volta-se pouquíssimas vezes para este aspecto. Entretanto, com relação à escola, Comênio discute essencialmente essa questão, ao passo que Gusmão quase não a menciona. Assim, pode-se concluir que a concepção reformista enfatiza o processo de escolarização, enquanto o princípio pedagógico jesuítico está intrinsecamente vinculado à formação familiar, sendo a escolarização apenas uma consequência do trabalho de evangelização empreendido.

Palavras-chave: João Amós Comênio, Alexandre de Gusmão, Companhia de Jesus, Reforma Protestante, Educação.

Sumário

Introdução	2
1. As reformas religiosas do século XVI	9
1.1. A Reforma Protestante	13
1.2. A Contra-Reforma Católica	17
1.3. Reformas religiosas e educação	21
2. A concepção pedagógica protestante	25
2.1. Os princípios educacionais propugnados por Lutero	25
2.2. A obra de João Amós Comênio	35
3. A concepção educacional produzida pelo Concílio de Trento	39
3.1. A Companhia de Jesus e o seu método pedagógico	39
3.2. A obra de Alexandre de Gusmão	48
4. Semelhanças e diferenças pedagógicas entre Comênio e Gusmão	52
4.1. Infância	52
4.2. Família	61
4.3. Escola e disciplina	71
4.4. Métodos pedagógicos	82
Conclusão	96
Referências Bibliográficas	104

Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as concepções pedagógicas que embasam o pensamento de dois autores contemporâneos entre si, mas que viveram e atuaram em contextos muito distintos: João Amós Comênio¹ (1592-1670) e Alexandre de Gusmão (1629-1724). Para tanto, serão utilizadas as obras de mais destaque de cada um deles, a saber, a “Didática Magna”, de Comênio e “Arte de Bem Criar os Filhos na Idade da Puerícia”, escrita por Gusmão. Ambas foram elaboradas com uma finalidade específica: Comênio tinha por objetivo propor um novo método de ensino; Gusmão produziu sua obra destinando-a principalmente às famílias, com o intuito de zelar por sua formação cristã.

Para melhor situar minha escolha sobre o tema desta dissertação, convém, primeiramente, relatar a trajetória percorrida até a elaboração do presente estudo. A escolha desta temática é fruto de um trabalho de iniciação científica desenvolvido desde 2002, com o propósito de resgatar os elementos pedagógicos presentes nos Sermões do padre Antonio Vieira. O projeto, intitulado “Educação Jesuítica no Brasil Colonial: Aspectos Pedagógicos nos Sermões do Padre Antonio Vieira”, foi aprovado pelo PUIC/UFSCar no ano de 2003 e protocolado sob o nº 027/2003. Os resultados obtidos no decorrer daqueles anos foram divulgados em três congressos – X e XI Congresso de Iniciação Científica/UFSCar (2002 e 2003) e no III Encontro Nacional de Pesquisadores sobre História, Educação e Cultura no Brasil Colonial – 1549-1759/UNIMEP (2003) – e publicados em seus anais.

As pesquisas desenvolvidas durante todos esses anos permitiram uma reconstrução do quadro econômico, social e político do Brasil Colonial, marcadamente influenciado pela Companhia de Jesus, presente em nosso país por 210 anos. Conforme afirma Prado Jr. (1961, p. 25), “*o papel dos jesuítas na colonização do Brasil e da América em geral ocupa um lugar de destaque e sem precedentes na história das missões cristãs*”. Com essa afirmação, não nego a

¹ Comênio, ou Comenius, é a forma latina de Komensky, nome tcheco do autor.

presença de outras ordens religiosas no cenário da colonização brasileira, como é o caso dos franciscanos, por exemplo, que, inclusive, rezaram a primeira missa nas terras brasileiras. Todavia, quero destacar a importância singular dada aos jesuítas devido à abrangência de suas missões, que proliferaram por todo o território brasileiro, em contradição com os interesses dos colonos, que viam seus lucros diminuídos pela quantidade de indígenas conquistados pela Companhia.

Entretanto, no decorrer dos estudos de Iniciação Científica, pude perceber que, não obstante a influência e o grau de atuação da Companhia de Jesus na sociedade brasileira, muitos aspectos ainda permanecem à sombra da pesquisa, principalmente na área educacional. Isso pode ser observado por meio de uma análise da produção bibliográfica específica, como é o caso, por exemplo, dos manuais clássicos de História da Educação no Brasil, como o livro de Otaíza Romanelli (1999), ***História da Educação no Brasil***, que embora trate de todos os períodos da educação brasileira, pouca importância dá ao estudo de sua influência no campo educacional, dedicando ao período colonial poucas páginas, ou ainda apenas alguns parágrafos, resumidamente. Por outro lado, percebemos também que há pouco incentivo a pesquisas que busquem analisar as origens do sistema educacional, predominando os estudos de períodos mais recentes da historiografia.

Atenta para este aspecto, considero igualmente importante a análise de Warde (1990, p.69), ao discutir a pós-graduação em educação no Brasil, afirma que, infelizmente, boa parte das pesquisas *“ênfatiza a tendência à escolha de temas irrelevantes, socialmente pouco significativos (...), bem como apontam o caráter fragmentário e descontínuo dos temas selecionados”*. Com o intuito de evitar erros como este, Goergen, analisando as inúmeras dificuldades no campo da pesquisa educacional, ressalta a importância de trabalhos articulados a grupos de pesquisa, uma vez que possuem uma justificativa e uma correlação às demais pesquisas desenvolvidas na área específica, evitando pesquisas *“pulverizadas”*, que surgem ao acaso ou de acordo com modismos e, na maioria das vezes, não possuem relevância social (1985, p.10):

“Não há equipes de pesquisa que sob a orientação de pesquisadores experientes, capazes de introduzir e orientar pesquisadores mais jovens, se dediquem por um espaço mais longo de tempo à exploração de um tema, procurando analisá-lo sob suas várias facetas e acompanhá-lo em sua evolução histórica, para fazer, a partir daí, análises mais abrangentes de modo a dar conta da complexa realidade educacional”.

A tendência de modismos, bem como os aspectos anteriormente apresentados, levaram a uma quase interrupção dos estudos sobre a educação no período colonial, fazendo com que permaneça uma lacuna com relação a esse período nas obras que tratam sobre a história de educação. De fato, Saviani reitera a necessidade da pesquisa historiográfica, pelo fato de ser um campo atualmente pouco explorado, que *“apresenta ainda uma série de espaços vazios que necessitam ser preenchidos”* (1991, p.166). Além disso, muitas vezes as informações disponíveis limitam-se a datas e fatos isolados, sem uma devida profundidade, pouco contribuindo para a compreensão das origens da concepção pedagógica brasileira.

Tais constatações me levaram a propor uma pesquisa de mestrado com o objetivo de investigar a existência de uma concepção pedagógica no trabalho catequético realizado pelos jesuítas com os índios no século XVI. Percorri as diversas etapas do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação e ingressei no curso de mestrado com esse pré-projeto.

Entretanto, no decorrer da pesquisa, as inúmeras discussões, bem como as sessões de orientação, me levaram a concluir que a temática proposta seria inadequada para um trabalho de apenas dois anos, dado o seu grau de generalidade. Dessa forma, com base na concepção de monografia de base proposta por Saviani (1991), optei por uma reelaboração do projeto. Voltei-me especificamente para o projeto pedagógico desenvolvido e realizado pela Companhia no século XVII, tendo como objeto a obra *“Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”*, do padre Alexandre de Gusmão, até o momento conhecida

apenas por poucos estudiosos. Apesar de sua considerável produção literária – treze obras, entre livros e sermões, a figura da Alexandre de Gusmão foi relegada ao esquecimento.

Para desenvolver a pesquisa, realizei uma revisão da literatura existente sobre o tema. Sobre este aspecto, gostaria de citar Warde (*op. cit.*, p.73) que, ao realizar uma análise das produções dos programas de pós-graduação em Educação, constata uma preferência a temas vinculados ao espaço escolar e uma *“dominância, eu ousaria dizer, quase que absoluta, de recortes que incidem sobre a conjuntura presente. Os estudos historiográficos estão crescentemente diminuindo entre as dissertações...”*. De fato, pude constatar esta afirmação da autora ao analisar as produções científicas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Há apenas uma única dissertação concernente ao período colonial brasileiro, concluída no ano de 2007! Com relação aos Programas de outras instituições, encontrei pouquíssimos estudos, o que me levou a confirmar a escassez de trabalhos referentes ao assunto em questão, principalmente na área de educação. Ademais, dentre os trabalhos encontrados, nenhum fez menção à obra de Alexandre de Gusmão, o que reitera a afirmação feita anteriormente de que este é um tema que permanece à margem das pesquisas educacionais.

Todavia, as mudanças continuaram. No decorrer da pesquisa, constatei a necessidade de confrontar a proposta pedagógica jesuítica com uma outra contemporânea a ela: a proposta reformista. Para tanto, tomei como referência a obra *“Didática Magna”*, de João Amós Comênio, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, obra amplamente difundida e estudada no campo educacional – o que nem por isso representava uma tarefa fácil. Parti então para a análise da obra de Comênio, buscando os elementos principais que pudessem ser comparados na obra de Gusmão: infância e escola.

Para a realização desta pesquisa utilizei fontes primárias e secundárias. As primeiras referem-se às obras produzidas de próprio punho por Comênio e Gusmão – e acima citadas. Sobre as fontes secundárias, foram utilizadas obras referentes à história do Brasil e da Europa nos séculos XVI e XVII. Estas obras permitiram uma análise mais completa do contexto social, político e econômico do

período em questão, constituindo-se em um suporte teórico para a análise das fontes primárias. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa de caráter documental.

Convém explicitar os motivos que me levaram à escolha das fontes primárias acima citadas. Esta justifica-se, *a priori*, pela relevância que cada uma exerceu sobre a história da educação, não apenas no período em que foram escritas, mas também nos séculos que se seguiram. Em relação à produção bibliográfica de Comênio, posso dizer que esta encontra seu ápice na “Didática Magna”, obra composta por 33 capítulos e publicada pela primeira vez em 1636. Por meio dela, Comênio expõe seu objetivo de garantir a educação a todas as pessoas. Para tanto, elabora um método considerado por ele eficaz, rápido e sólido, de ensinar tudo a todos, independentemente de gênero, classe social ou nacionalidade. Com esse método, seria possível formar a juventude nas letras, nos costumes e na piedade cristã. Apesar do cunho religioso, é uma proposta extremamente moderna para o seu tempo. Graças a ela, Comênio marcou a história da educação ocidental e é, até hoje, considerado fundador da pedagogia moderna. Isso não renega a importância das suas demais obras, como por exemplo, a “*Orbis Pictus*” (“Mundo Ilustrado”), na qual propõe o uso das figuras como recurso didático. Entretanto, é a “Didática Magna” que marca definitivamente a trajetória de Comênio. Seus estudos – que resultaram posteriormente na elaboração da obra em questão – tornaram-no conhecido nos mais diversos países, levando-o a receber convites para reformar os sistemas de ensino existentes na época, muitos dos quais ele aceitou. Enfim, tais fatos me levaram a escolher, dentre suas obras, aquela que mais o representa de forma completa: a “Didática Magna”.

No caso de Gusmão, o processo de escolha da obra foi basicamente o mesmo. Sua produção literária perfaz um total de treze obras, dentre as quais encontram-se guias de oração, sermões, livros de reflexões religiosas e de conteúdo doutrinal. A obra em que Gusmão refere-se especificamente à educação – seja ela familiar ou escolar – é a “Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”, obra selecionada para esta pesquisa. Tal obra foi elaborada pelo jesuíta com um objetivo específico: orientar a criação das crianças nos seus aspectos

exteriores e interiores, fornecer o suporte para uma boa formação. Cabe lembrar que, diferentemente de algumas obras jesuíticas – que são sermões transcritos para um livro – Gusmão escreve com o objetivo claro de produzir um livro, que, segundo ele, deveria ser lido por todos, até mesmo pelas próprias crianças. Dessa forma, pode-se observar que tal obra torna-se singular em relação às demais, uma vez que tornou-se um retrato do pensamento jesuítico de sua época.

Por meio da análise dos dois pensadores, pretende-se traçar um paralelo entre as concepções pedagógicas católica e reformista. De fato, o contexto histórico no qual os autores estão inseridos é profundamente marcado pelas crises desencadeadas pelos movimentos de Reforma e Contra-Reforma. No caso da Reforma, não restam dúvidas de que a figura de Comênio destacou-se, principalmente no que se refere à educação e seus métodos. No caso da Igreja Católica, a reforma da vida familiar era a base de toda e qualquer educação e Gusmão destaca-se na bibliografia voltada para esse fim.

Entretanto, algumas questões poderiam ser levantadas: se a preocupação é pedagógica, qual a razão para se analisar uma literatura voltada à formação familiar? A resposta é evidente: para os jesuítas, a educação familiar é a base para a boa educação de todo indivíduo. No caso da concepção reformista, há semelhanças ou diferenças em relação a isto? Ao desenvolver esta pesquisa, trabalho com a hipótese de que o princípio pedagógico jesuítico encontrava suas bases na formação familiar, ao passo que a pedagogia reformista deu maior ênfase ao processo de escolarização. Não pretendo, com isso, desconsiderar todas as iniciativas da Companhia de Jesus no sentido de estruturar e organizar um sistema de ensino; entretanto, parto do pressuposto de que isto foi uma consequência do trabalho de evangelização propugnado pelos jesuítas, o que justificaria todo o seu empenho à reforma da vida familiar.

Convém ressaltar que o objetivo primordial da presença da Companhia de Jesus no cenário brasileiro foi o resgate de seus fiéis, dispersos pelo movimento da Reforma, iniciado na Europa – movimento no qual se insere a figura de Comênio. Para os reformistas, o processo de reforma do homem e da sociedade dar-se-ia por meio da educação. A Igreja Católica, por meio da Contra Reforma,

busca uma solução para a crise desencadeada não apenas internamente, mas na sociedade da época. Assim como os reformistas, vê na educação a possibilidade de recuperar sua hegemonia. Entretanto, coloca a família como centro do processo educativo, enquanto os reformistas estruturam seus princípios pedagógicos com base na instituição escolar.

De acordo com o quadro acima exposto, uma questão se põe: em quais aspectos tais concepções convergem? Em quais elas divergem?

Com base nestes pressupostos, pretendo encontrar nestas obras elementos que comprovem ou não a veracidade das hipóteses aqui pontuadas.

Para facilitar a análise dos autores, este trabalho será organizado em duas partes: a primeira é a contextualização histórica dos autores – a Europa e o Brasil do século XVII; a segunda, por sua vez, é a análise do pensamento de João Amós Comênio e Alexandre de Gusmão, por meio de suas respectivas obras – “Didática Magna” e “Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia”. Para compreendermos melhor as semelhanças e divergências entre as duas concepções expostas, tomaremos como parâmetros alguns aspectos principais, como família, infância, disciplina, escola e métodos pedagógicos.

1. As reformas religiosas do século XVI

A Europa dos séculos XV e XVI é marcada por dois momentos cruciais: a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica. Pode-se considerá-los sob duas formas. Ao mesmo tempo em que foram fatores determinantes para os séculos que se seguiram, constituíram-se também em resultado do contexto socioeconômico dos séculos que os precederam. Convém, portanto, voltar nosso olhar a tais aspectos.

O período mais conhecido como Idade Moderna é caracterizado por uma intensa transformação política e econômica da sociedade, resultante das descobertas marítimas e da mudança no campo intelectual causada pelo Renascimento. Este, por sua vez, caracterizou-se pela valorização do homem, o incentivo à observação e experimentação e a ênfase ao racionalismo. Modificou o pensamento ocidental, introduzindo uma nova concepção de mundo e de sociedade. Nesse período, observa-se um notável progresso em diversos campos, como as artes plásticas, a música, as ciências naturais e a literatura. Todas essas mudanças refletiram-se de forma direta no campo religioso, como afirma Jaguaribe em “Um estudo crítico da História” (2001, p. 451):

“Os precursores e disseminadores da Reforma estavam imbuídos do espírito do individualismo que caracterizou os humanistas, e defendiam o retorno do homem às suas origens cristãs, encorajando-o a rejeitar o domínio das superestruturas tradicionais”.

De fato, o poder total da Igreja passou a ser questionado, uma vez que emerge a figura do Estado como um órgão independente da estrutura eclesial.

Como citado, o período em questão foi marcado pelas grandes navegações. Estas foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento do conhecimento, dado o volume de novas informações e de novas experiências trazidas com as descobertas. Pode-se afirmar que revolucionaram o mundo

ocidental, até então conhecido apenas parcialmente. Fizeram cair por terra muitos mitos e idéias equivocadas sobre o universo, o planeta e até mesmo sobre o próprio homem. Levaram, assim, à contestação do princípio da autoridade, uma vez que os argumentos e respostas utilizados para sua fundamentação não correspondiam mais ao pensamento e, principalmente, às experiências vivenciadas.

No século XVI, toda essa revolução do pensamento ocidental bate às portas da Igreja. O crescente descontentamento com as atitudes do clero, especificamente dos papas, encontrou apoio e espaço nesse ambiente de intensa efervescência política, econômica e científica que se alastrava pela Europa. As idéias humanistas passaram a ser contestadas, em prol de um retorno ao teocentrismo medieval. As concepções cristãs, por sua vez, tornaram-se ponto de inúmeras reflexões e divergências. Embora resgatasse idéias medievais, pode-se afirmar que a Reforma Religiosa também herdou aspectos positivos do Renascimento, a saber, a possibilidade de mudanças e a visão mais criteriosa a respeito das próprias concepções.

É nesse ambiente que emerge o século XVII. Este é marcado pelo surgimento das grandes potências, como França, Espanha, Inglaterra e, nas últimas décadas, também a Rússia. Em termos culturais, este século é conhecido como a Era do Barroco, caracterizada por três aspectos principais: o crescente poder do Estado, a reafirmação dos dogmas e a manifestação artística da grandeza. Com relação ao poder do Estado, este deve-se ao surgimento de monarcas que defendiam o absolutismo e proclamavam-se representantes da vontade divina sobre a Terra. Fato é que muitos movimentos antiabsolutistas também se levantaram, porém sem muito sucesso.

Paralelamente a isso, o meio artístico reflete um destaque e uma exaltação à grandeza, perceptível através dos quadros e da construção de palácios luxuosíssimos. No campo religioso, a divisão dos cristãos em três grupos distintos – católicos, calvinistas e luteranos – é mantida de forma dogmática; têm início inúmeras disputas de cunho religioso, dentre as quais destaca-se a Guerra dos Trinta Anos. Predomina um clima de extrema intolerância religiosa, claramente

manifesto pela Inquisição católica, que condenava até mesmo as mudanças no campo científico, constituindo-se um obstáculo para a mesma.

Todo esse panorama sócio-econômico, cultural e religioso reflete-se na configuração da sociedade brasileira, processo no qual destacou-se a atuação dos padres da Companhia de Jesus. Para compreender o sentido e a relevância da presença da Companhia de Jesus no período colonial torna-se mister recuperar os traços principais desse momento histórico. Ribeiro, em sua obra “História da Educação Brasileira” (2001) aponta essa compreensão como condição primordial para que se estabeleça a relação entre a sociedade e a educação da época. Não restam dúvidas de que o principal objetivo da colonização do território brasileiro foi a obtenção de lucro. Para que se pudesse empreender o projeto de exploração português, tornou-se necessário que para cá viessem segmentos da sociedade metropolitana, com o intuito de organizar e administrar o trabalho realizado. Necessário também tornou-se obter mão-de-obra para realizar tais trabalhos: dá-se início ao processo de escravização do indígena e, posteriormente, também do negro africano.

Segundo Prado Jr. no livro “Formação do Brasil Contemporâneo” (1961), o Brasil colonial caracterizou-se por uma economia agrária, onde predominavam as grandes propriedades e a monocultura – no caso, o cultivo da cana-de-açúcar. Além disso, não havia um mercado consumidor, uma vez que nessas grandes propriedades produzia-se praticamente tudo o que lhes era necessário. A única forma de comércio eram as exportações, privilégio dos grandes latifundiários.

Para manter todo esse sistema, a mão-de-obra escrava – negra ou índia – era indispensável. Convém lembrar que, no início do período colonial, o contingente de população branca era ainda escasso.

É neste contexto que insere-se o trabalho missionário da Companhia de Jesus, cujos *“projetos colidiam, como era natural, com os interesses dos colonos, pois fundavam-se no privilégio, que os jesuítas reivindicavam, da conquista das almas”* (op. cit, p. 25). Isso gerou um embate constante entre jesuítas e colonos, expressos claramente pelas palavras de padre Antonio Vieira (1945, v. II, p. 61): *“(...) sabeis, cristãos, sabeis nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que*

quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes captivos e oprimidos”.

Referindo-se ao poder político, este também concentrava-se nas mãos dos grandes latifundiários, cabendo à metrópole apenas um controle mínimo, no que era estritamente necessário. De fato, isso ia ao encontro de seus interesses, uma vez que aos colonos ficava todo o trabalho da colonização, eximindo-se disso a metrópole. Dessa maneira, nota-se uma atitude passiva do governo de Portugal quanto ao procedimento dos colonos, que tinham assim toda a liberdade para agir conforme os seus interesses. Também a esta atitude Vieira faz uma severa crítica em seus Sermões (1945, v. V, p. 69):

“Não são só ladrões, diz o Santo [S. Basílio Magno], os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais propria e dignamente merecem este titulo, são aquelles a quem os reis encommendam os exercitos e legiões, ou o governo das provincias, ou a administração das cidades, os quaes já com manha, já com força, roubam e despojam os povos”.

O quadro social, político e econômico brasileiro acima descrito permaneceu estável cerca de um século e meio. A segunda metade do século XVII é marcada por profundas transformações. A economia desenvolvera-se sensivelmente, devido aos altos índices de exportação. Em contraste ao vertiginoso crescimento da colônia, nota-se uma decadência da metrópole, o que provoca uma divergência de interesses. A pressão sobre a colônia aumenta, através de inúmeras restrições comerciais, acentuando-se o caráter explorador e centralizador da metrópole. A tensão que se estabelece entre colônia e metrópole torna-se insustentável, minando aos poucos o regime colonial.

A educação insere-se, nesse contexto, enquanto necessidade de formação para as camadas dirigentes da sociedade, portanto, para uma pequena quantidade de pessoas. O objetivo principal da educação, neste momento, é

garantir condições para que a relação metrópole-colônia se mantivesse. A tarefa de educar, destinada pelo governo português à Companhia de Jesus, dá início a um processo de escolarização que norteará todo o sistema educacional brasileiro futuro. De fato, naquele momento, como afirma Ribeiro (2001, p.21), *“eram os jesuítas os únicos educadores de profissão que contavam com significativo apoio real na colônia”*. Todavia, o que se verifica é que a educação jesuítica não era oferecida apenas para as camadas dirigentes da sociedade; pelo contrário, os primeiros rudimentos da instrução ocorrem justamente com os indígenas. Qual foi, então, a verdadeira função da Companhia de Jesus no processo de colonização? De que forma os movimentos reformistas – realizados por católicos e protestantes – adentram o campo educacional? O que propõem à sociedade?

1.1. A Reforma Protestante

Sem dúvida, os fatos que influenciaram profundamente toda a civilização ocidental a partir do século XVI foram a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica, como afirma Jaguaribe (2001, p. 471) :

“A Reforma foi a revolução mais ampla e mais profunda já ocorrida na história do Cristianismo (...). Com a Reforma, porém, todo relacionamento entre Deus e a humanidade foi revisto de forma radical, e o papel do Papa, dos sacerdotes e de modo geral da própria Igreja tiveram sua importância contestada”.

Nesse sentido, pode-se perguntar quais relações podem ser estabelecidas entre o movimento da Reforma e o Renascimento. Jaguaribe (2001) considera a Reforma uma manifestação contrária ao Renascimento, uma vez que defende a visão teocêntrica do mundo, ao passo que o Renascimento defendia exatamente o contrário. Também rejeitava o retorno e a valorização à cultura greco-romana, considerada pagã pelo cristianismo ocidental (*op. cit.*, p.471): *“A Reforma foi também uma rejeição indignada da aceitação neopagã do Renascimento e do*

culto irrestrito das antiguidades greco-romanas, valorizando em seu lugar a Bíblia e a tradição patrística”.

Luzuriaga, por sua vez, apresenta as principais distinções entre os movimentos, mas destaca também as semelhanças existentes entre eles, como pode-se observar em sua obra “História da Educação e da Pedagogia”, na qual o autor considera a Reforma uma “*aplicação à vida religiosa*” e coloca alguns pontos comuns a ambos (1969, p.108):

“Primeiramente, coincidem na acentuação da personalidade autônoma, da individualidade livre ante qualquer coação exterior, seja intelectual, seja religiosa. Depois, ambos os movimentos têm sentido crítico quanto a toda autoridade dogmática. Finalmente, ambos buscam inspiração na vida espiritual, no íntimo do homem, e não na letra ou nas doutrinas impostas”.

No entanto salienta que, apesar das várias semelhanças, em seu âmago encontram-se também inúmeras diferenças fundamentais. Nesse sentido, contrapõe o caráter “*intelectual e estético*” do humanismo renascentista ao aspecto “*ético e religioso*” da Reforma; ressalta a essência “*aristocrática*” do movimento Humanista, inspirado nas obras gregas e latinas, ao passo que o movimento reformista constitui-se “*social e popular*” e baseia-se na Bíblia. Complementa sua análise referindo-se ao aspecto educacional (*op. cit.*, p.108): “*Finalmente, se do primeiro [Humanismo renascentista] não houve ensino geral organizado, a segunda [Reforma] deu origem à educação pública*”.

Com relação às causas que culminaram na Reforma Protestante, estas também são inúmeras e podem ser analisadas sob três aspectos fundamentais: religioso, econômico e político. Quanto a este último, destaca-se o desenvolvimento do nacionalismo, caracterizado por uma formação da concepção nacionalista européia e pelo surgimento de governos despóticos. Diante da soberania do Estado, a autoridade papal passou a ser questionada e negada por muitos governantes.

No campo econômico, pode-se considerar o interesse pelas riquezas acumuladas pela Igreja Católica como a principal causa da Reforma. Cabe lembrar que este interesse não era exclusivo da nobreza: também os leigos questionavam a acumulação de bens, muitas vezes adquiridos de forma ilícita, ao mesmo tempo em que os cobiçavam. De fato, neste momento a busca desenfreada por lucros e riquezas por parte da Igreja atingia níveis intoleráveis. A tributação papal, a venda de cargos e a negociação das indulgências tornaram-se verdadeiras transações comerciais. Isso contradizia fortemente o ideal da Igreja, segundo o qual tudo o que visasse lucro era considerado imoral e, portanto, deveria ser rejeitado.

Entretanto, tais idéias começaram a tornar-se incompatíveis com o quadro econômico do período renascentista, pautado pelo desenvolvimento de um capitalismo desenfreado e pelo dinamismo do mercado, que modificou por completo todas as estruturas medievais. O desenvolvimento do sistema bancário deu origem a uma crise nas convicções religiosas a respeito do comércio e do lucro. Dá-se início a uma série de conflitos econômicos que nada mais fez senão abalar ainda mais as já frágeis estruturas da Igreja Católica. Embora esta permanecesse inabalável em seu discurso, observava, dia após dia, o seu enfraquecimento diante da reação dos seus fiéis. Em particular na Alemanha, país na época em maior situação de atraso econômico e cultural, a situação tomou proporções mais significativas. Como não tivesse um governo muito sólido, era o principal alvo dos abusos da Igreja, como a venda de indulgências. Isso fez com que a sociedade alemã se tornasse mais vulnerável a qualquer tipo de influência, dando espaço e encontrando voz no movimento reformista liderado por Martinho Lutero. Por meio dele, ela pôde reagir às investidas da Igreja Católica, passando a lutar contra a situação de opressão em que vivia.

Resta-nos discutir as causas religiosas da Reforma Protestante. Em primeiro lugar, destacam-se as atitudes abusivas da Igreja Católica para com seus fiéis. Como já citamos, a venda de indulgências, a negociação de cargos eclesiásticos, as altas taxas de tributação papal foram o estopim de toda essa reação que marcou profundamente a história do cristianismo. Além disso, pode-se

citar o abuso com relação à veneração de relíquias sagradas, que se tornaram um verdadeiro comércio. Na realidade, à época da Reforma muitas iniciativas já haviam sido tomadas no intuito de corrigir tais situações. Todavia, tais acontecimentos só acabaram por tornar mais crítica a situação da Igreja, dado o contexto político, econômico e social em que estavam inseridas.

Pode-se questionar, diante do exposto, quais foram exatamente as causas do sucesso de Lutero. Destaca-se, entre outros aspectos, o fato de que o protestantismo encontrou espaço justamente nos países cujos governantes aderiram ao movimento. Soma-se a isso a perda da autoridade da Igreja, seriamente debilitada pelas críticas e por suas próprias atitudes, como a acumulação de bens e a venda de indulgências e cargos eclesiásticos, aspectos já discutidos. Cabe destacar que a ambição por toda essa fortuna acumulada pela Igreja também incentivou o movimento da Reforma, bem como o fato de que este foi um movimento impulsionado pelas classes superiores, não encontrando, portanto, resistência alguma por parte da sociedade. Finalmente, não se pode deixar de lado a busca do povo pela piedade cristã, tão abandonada pela Igreja Católica no período em questão, como observa Jaguaribe (2001, p.475):

“As pessoas sentiam necessidade de uma comunicação direta com Deus, queriam pertencer a uma comunidade espiritual – e essas duas demandas estavam sendo atendidas pelos pregadores da Reforma e pelas comunidades protestantes”.

Dessa forma, pode-se concluir que a Reforma foi um movimento direcionado às classes superiores e por ela incentivado. De fato, a Reforma representava todos os interesses da burguesia em ascensão, dentre os quais merece destaque a busca do lucro e a valorização do *ter* (*op. cit.*, p. 476):

“...é preciso reconhecer que a distinção essencial entre essas primeiras tentativas frustradas de reforma e o sucesso do luteranismo reflete o fato de que as primeiras eram socialmente

revolucionárias, e mobilizaram o apoio das classes inferiores, provocando assim a repressão do movimento pelas classes superiores. Lutero, porém, dirigiu-se aos príncipes, nobres, burgueses e eruditos, opondo-se diametralmente à revolta dos camponeses”.

1.2. A Contra-Reforma Católica

Há muitas divergências quanto ao termo que conceitualmente mais se aproxima e traduz o movimento empreendido pela Igreja Católica no século XVI. Martina, em sua obra intitulada *“História da Igreja”*, levanta esta discussão (1995, p.29):

“A renovação católica: tratou-se de um movimento espontâneo, independente e anterior à revolta luterana, ou de uma simples reação a esta, cronologicamente posterior? Partiu da periferia ou do centro, ou seja, de iniciativas privadas ou da intervenção da hierarquia?”.

Diante desse questionamento, o autor apresenta duas visões predominantes a respeito deste assunto. A primeira delas, por ele denominada *“visão tradicional”*, defende a idéia de que a Igreja Católica estava em uma profunda crise, denunciada pelo movimento protestante, e que somente a partir deste iniciou seu processo de mudança, que nada mais foi do que uma reação à Reforma Protestante, como podemos observar (*op. cit.*, p. 188):

“De acordo com a apresentação tradicional, a Igreja medieval estava corrompida por abusos de todo tipo, fraca e moribunda, e não se manifestava nenhum esforço de renovação: no silêncio geral se eleva a voz de Lutero e só então é que a Igreja acorda. A renovação

é então pura reação à revolução de Lutero, ou, ao menos, somente depois de 1517 é que os católicos compreenderam plenamente a necessidade de uma reforma nos costumes e nas instituições”.

Essa visão é apresentada por Jerkovic e Schumann em seu livro *“Martinho Lutero 450 anos depois”*, no qual ressaltam o período de tensão vivido pela igreja nas vésperas da Reforma (1967, p.11): *“... se fazia sentir em toda a Igreja uma crise de autoridade e de unidade. Mas havia sobretudo uma crise espiritual, moral e intelectual subjacente à dupla crise de autoridade e unidade...”*.

Entretanto, Martina apresenta uma segunda visão, segundo a qual o movimento de renovação já havia iniciado no seio da Igreja muito antes da Reforma luterana. Inúmeras iniciativas nesse sentido já ocorriam em alguns países da Europa desde o século XV. O que ocorreu foi uma expansão do movimento reformista católico, sendo este ser constituído por duas etapas, anterior e posterior ao movimento iniciado por Lutero. Tais etapas apresentam diferenças em sua concretização, uma vez que a primeira possuía um caráter mais renovador, ao passo que a segunda é perpassada pelo espírito de reação ao movimento protestante. A essência do movimento permanece, mas é fortemente influenciada pelas circunstâncias em que ocorre. Alguns autores, como intuito de diferenciar tais momentos, chamam *“Reforma Católica”* ao primeiro e *“Contra-Reforma”* ao segundo. A reflexão quanto ao termo utilizado é encerrada pelo autor da seguinte forma (1995, p. 189):

“Antes de Lutero, portanto, havia um movimento espontâneo de reforma no seio da Igreja católica e alguma coisa tinha sido feita. Os resultados porém ainda eram escassos e se estava bem longe de uma renovação séria e profunda, tanto mais que a resistência à renovação religiosa provinha sobretudo da cúria romana (...). A reforma católica, anterior ou paralela ao Concílio de Trento, é, pois, mais espontânea (basta lembrar o surgimento dos vários institutos religiosos), mas menos geral e eficaz; a contra-reforma, a partir do

pontificado de Paulo III, perde de certo modo o ímpeto religioso (lembramo-nos da instituição da Inquisição, em 1542, data escolhida por muitos historiadores como início da contra-reforma em sentido estrito), mas ganha em extensão”.

De fato, quando se busca compreender o verdadeiro sentido deste movimento, deve-se refletir sobre os princípios que motivaram e suscitaram tal renovação, bem como os objetivos a serem atingidos por meio dela. Com base nesta reflexão, mantemos aqui o termo Contra-Reforma para definir a iniciativa da Igreja Católica, embora considerando que esta tem seu início em momento anterior à reforma empreendida por Lutero.

Como não poderia deixar de ser, a Igreja Católica, ao constatar o inevitável processo de ruptura pelo qual estava passando, reagiu vorazmente. Embora o movimento reformista católico tenha se iniciado muito antes da Reforma Protestante, ele ganhou vulto de fato após a crise deflagrada pela Reforma, como afirma Cambi em sua obra “História da Pedagogia”. Segundo o autor, é *“com a ruptura da unidade do cristianismo, operada por Lutero, que retomam vigor os impulsos de renovação dentro da Igreja católica”* (1999, p. 255).

A primeira tentativa de reforma da Igreja foi concretizada sob a forma de um concílio. O Concílio de Trento, realizado entre os anos de 1545 a 1563, pode ser considerado um dos mais importantes da história da Igreja, pois nele foram traçados os novos rumos da Igreja para o século que se seguia. Por meio dele, muitos dogmas e verdades cristãs foram reafirmados e uma legislação foi elaborada com a finalidade de combater os abusos da Igreja contra os seus fiéis.

Entretanto, uma questão merece destaque: com o intuito de defender a fé católica e reafirmar a sua presença e influência na sociedade da época, a Igreja lançou mão de uma arma poderosíssima – a Companhia de Jesus. Oficializada em 1540, a ordem jesuítica obteve destaque maior após o Concílio. Seu objetivo principal era combater em prol da salvação dos fiéis, o que implicava em preservar a fé católica e combater toda espécie de “heresia”, como eram classificadas as doutrinas protestantes.

O trabalho missionário desenvolvido pela Companhia de Jesus foi um dos mais eficazes meios de evangelização cristã já conhecidos. O aspecto principal dessa Ordem, fundada por Inácio de Loyola, era a semelhança estrutural com um exército em ordem de batalha. É interessante observar a analogia estabelecida por Larroyo, no livro “História Geral da Pedagogia” (1970, p. 388):

“Santo Inácio foi oficial antes de ser sacerdote, e deu a sua Ordem um caráter militar. Sua Ordem combate com armas espirituais para converter os hereges e sustentar os cristãos vacilantes. Como na milícia, são virtudes essenciais a disciplina e a obediência”.

Esta visão militar da Ordem jesuítica é reafirmada por Ponce, em sua obra “Educação e Luta de Classes” (1986, p. 118):

“Obra de um ex-capitão, a Companhia possuía a rigidez e a ordem características das milícias militares, mas, acima de tudo, ela, mais do que qualquer outra organização, sabia encurtar os caminhos mediante sendas oblíquas, ou fingir uma retirada para atacar de surpresa, mais tarde. Depois de disciplinar os seus soldados até a negação absoluta da personalidade, a Companhia passou a combater em duas frentes: contra o protestantismo cismático e contra os leigos incrédulos”.

Talvez a rigidez de sua estrutura tenha sido um fator determinante para o sucesso de seu empreendimento. Em pouco tempo, seu trabalho missionário ultrapassou os limites da Europa e de seus domínios, atingindo também países como China, Japão e o continente africano.

De fato, a fundação da Companhia foi o tiro mais certo dado pela Igreja neste momento. Deve-se a ela o sucesso e a permanência da Igreja Católica, tanto na Europa quanto nas terras recém-descobertas. São eles, os jesuítas, os

“campeões máximos na luta da Igreja Católica contra o protestantismo”, afirma Manacorda em seu clássico *“História da Educação”* (1999, p. 202). Convém, enfim, lembrar que as atitudes reformistas por parte da Igreja e seus dirigentes também trouxeram consigo conseqüências negativas, dentre as quais a mais grave foi, sem dúvida, o retorno da Inquisição.

1.3. Reformas religiosas e educação

Mas, diante de tantos conflitos, qual foi realmente o resultado ou a conseqüência do movimento reformista para a sociedade moderna? Alguns pontos positivos e negativos devem ser considerados.

À primeira vista, a principal conseqüência foi a fragmentação do cristianismo em inúmeras seitas, divergentes entre si. As décadas que se seguiram à Reforma foram marcadas por intensa perseguição religiosa, tanto por parte de protestantes quanto de católicos. Muitas iniciativas de progresso cultural e científico acabaram por envolver-se nesse ambiente conflituoso, tornando-se também alvo de ataques e perseguições.

Todavia, toda essa crise religiosa trouxe consigo benefícios, uma vez que promoveu a liberdade religiosa e incentivou a busca pelo conhecimento, deixando de lado o dogmatismo e a superstição, em nome de uma fé mais consciente e argumentativa. Esse interesse pelo conhecimento religioso acabou por interferir também no campo educacional, particularmente na educação popular, que passou a ser vista com outros olhos. A preocupação com a instrução acentuou-se de forma surpreendente, tornando-se objeto de reflexão para católicos e protestantes.

É indiscutível a relação que se estabelece entre protestantismo e instrução, uma vez que para que cada indivíduo pudesse ler e conhecer a Bíblia era necessário, antes, ser alfabetizado. Lutero, o principal representante da Reforma que se iniciou na Alemanha, destaca a obrigatoriedade da instrução e sua importância na formação do homem. O pensamento de Lutero em relação às crianças fora da sala de aula em idade escolar é expresso em seu escrito “Aos

Conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas cristãs” – presente no livro “Martinho Lutero: Obras Seleccionadas”, organizado por Streck (1995, p. 307): *“Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos”*.

Mas o principal representante das inovações pedagógicas da Reforma Protestante foi João Amós Comênio. Nascido em Nivnice, na Moravia, no ano de 1592, Comênio era de uma família pertencente à seita dos Irmãos Morávios. Órfão de pai muito cedo, sua educação iniciou-se de fato após os 16 anos, em Prerov. Estudou nas universidades de Herborn e Heidelberg e foi ordenado sacerdote em 1616. Em 1618, por ocasião da Guerra dos Trinta anos, é obrigado a deixar sua terra e peregrinar por diversos lugares, até estabelecer-se em Lissa (Polônia) no ano de 1628. Nesse período, escreve suas obras de maior repercussão, dentre as quais destaca-se a “Didática Magna – Tratado Universal de Ensinar Tudo a Todos”, objeto da presente pesquisa. A partir de então, sua vida foi inteiramente dedicada à reforma dos sistemas de ensino, nos mais diversos países. A crescente efervescência política o leva a seguir seu caminho, passando pela Inglaterra, Alemanha, França, Suíça, Hungria e Holanda. Morre em Amsterdã, em 1670.

Mesmo após sua morte, seus escritos e suas obras revolucionaram a história da educação ocidental, a ponto dele ser conhecido como “o pai da pedagogia moderna”. A obra de Comênio acima citada, intitulada *Didática Magna*, destacou-se entre as demais por ser considerada um verdadeiro tratado pedagógico, que sistematiza toda a educação, dividindo-a em séries. Propõe a organização dos conteúdos de acordo com a idade dos alunos e discorre sobre o método a ser introduzido nas escolas. Propõe uma escola para toda a vida, que ensine tudo a todos.

Quanto às iniciativas da Igreja Católica, estas tiveram raízes no próprio Concílio de Trento. Neste, além de questões dogmáticas, também foram

discutidos aspectos referentes à educação. Isso demonstra a influência exercida pela Igreja nas demais áreas da sociedade, neste caso, a educacional.

Dessa forma, embora o fim último de ambas as iniciativas seja essencialmente religioso, não se pode negar os benefícios e os avanços trazidos ao campo educacional. Sobre esse aspecto, Ponce reconhece a relevância dos movimentos religiosos, que marcaram profundamente a história da educação ocidental. Com relação à Reforma, afirma (1986, p. 119):

“Desse modo, a instrução elementar passava a ser o primeiro dever da caridade, e ainda que, no fanatismo de Lutero, não sobrasse muito lugar para o saber profano, não é menos certo que ele, num sermão famoso, aconselhou os pais a que enviassem os seus filhos à escola. Mas, se o protestantismo se preocupava com a educação “popular”, no sentido de difundir as primeiras letras, que não eram sequer levadas em conta pela escolas monásticas católicas, ele o fazia, como dissemos, na medida em que a difusão da leitura permitia o manuseio da Bíblia e orientava o povo na direção da Igreja Reformada”.

Enfim, ao referir-se à Contra-Reforma, conclui com as seguintes palavras (*op. cit.*, p. 121):

“No terreno estritamente pedagógico, os jesuítas se esmeravam em dar aos seus colégios o mais brilhante verniz cultural possível. Conselheiros dos grandes senhores, diretores espirituais das grandes damas, professores solícitos das crianças bem-nascidas, os jesuítas se insinuaram de tal modo na vida do século que, em pouco tempo, estavam à testa do ensino. Os seus professores, não há dúvida, eram os mais bem preparados, o seu ensino era o mais bem dirigido. Desde a soletração, até as representações teatrais que tanto apreciavam, os jesuítas

interpretavam as menores exigências da época, para dar aos seus alunos a melhor educação possível, que fosse compatível com os interesses da Igreja e da sua Ordem”.

2. A concepção pedagógica protestante

2.1. Os princípios educacionais propugnados por Lutero

Todas as propostas referentes à educação no contexto da Reforma Protestante têm como alicerce a figura de Martinho Lutero. Dessa forma, é indispensável compreender seu pensamento e suas concepções educacionais para que possamos analisar corretamente a obra de Comênio e o contexto no qual ela se insere.

Segundo Martina, Lutero não tinha, inicialmente, a intenção de separar-se da Igreja Católica, ao contrário, pretendia, com suas críticas, colaborar para sua renovação (1995, p. 125):

“Enquanto ele procurava assim dar certa coerência à sua doutrina, declarava não querer mesmo se afastar da Igreja, sem se dar conta de que na realidade estava cavando um fosso cada vez maior entre ela e sua própria teologia”.

Todavia, a divisão foi inevitável e o movimento empreendido por Lutero marcou o início de uma nova etapa no seio da sociedade ocidental. De fato, Jerkovic e Schumann ressaltam a iminência de uma reforma (1967, p.23):

“...no começo do século XVI o desejo da reforma se havia tornado uma verdadeira angústia: uns, desencorajados, nem ousavam acreditar nela; outros, indignados, bradavam por ela. Exigia-se por toda parte uma reforma de estrutura e uma reforma moral e espiritual”.

Nesse sentido, convém ressaltar alguns pontos essenciais do luteranismo, para que se possa compreender melhor a essência de seus princípios. Do ponto de vista religioso, Lutero coloca a Bíblia como ponto central do pensamento

cristão, que contém em si a verdade revelada por Deus e basta a si mesma, não necessitando da tradição e da mediação da igreja para ser compreendida. Um segundo aspecto refere-se à justificação pela fé, ou seja, é a fé em Deus e a entrega pessoal a ele que garantem a salvação. Nesse aspecto, diverge da Igreja Católica, pois embora ambas concordem que a justificação e a salvação são dons divinos e gratuitos, para os católicos não pode haver fé verdadeira sem as boas obras. Um terceiro aspecto é a rejeição de Lutero a todo e qualquer tipo de mediação externa entre Deus e os homens. Lutero nega, assim, o papado, a estrutura clerical e o valor da missa como sacrifício.

Entretanto, ao rejeitar a ordem existente, um desafio ainda maior apresentava-se diante de Lutero – formular uma proposta de mudança. Para ele, a reforma de qualquer setor da sociedade se dá por meio da educação. Portanto, a reforma deveria ocorrer também e principalmente nas escolas. Fruto da severa educação da Idade Média, analisou de forma crítica o quadro educacional de sua época, como afirma Fitzner em sua obra “O que Lutero realmente disse” (1971, p.163):

“Lutero percebeu o momento inadiável em que todo o sistema escolar, inclusive as universidades, precisava ser reformado, e viu os promotores de uma nova e fecunda orientação educacional menos nos príncipes que nas cidades que cresciam”.

Por esse motivo, em 1524 escreve um manifesto a todos os conselheiros das cidades alemãs. Neste texto, intitulado “*Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha, para que se Criem e Mantenham Escolas*”, Lutero expõe a decadência em que se encontram os mosteiros e conventos, bem como as escolas por eles mantidos, como pode-se constatar pelas suas próprias palavras (2000, p.8): “*Em primeiro lugar, notamos hoje em todas as regiões da Alemanha que as escolas estão abandonadas. As universidades são pouco freqüentadas. Os conventos estão em decadência*”.

Complementando sua análise, faz uma crítica severa à má qualidade do ensino, que se reflete na pobreza dos conteúdos e nos métodos inadequados utilizados nessas instituições (*op. cit.*, p. 13):

“Não está claro que hoje se pode formar um jovem em três anos, de modo que, aos 15 ou 18 anos, sabe mais do que lhe puderam ensinar até agora todas as universidades e conventos? Afinal, o que se aprendeu até agora nas universidades e conventos a não ser ficar burro, grosso e estúpido? Houve quem estudasse vinte, quarenta anos e não sabe nem latim tampouco alemão (...). É bem verdade: se as universidades e conventos não aplicarem novos métodos de ensino e modos de vida para a juventude, eu acharia melhor que nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e que ficassem mudos”.

Diante desse quadro, faz um apelo veemente aos conselheiros para que voltem sua atenção para a educação, sem a qual uma sociedade não pode se desenvolver. Essa atenção compreende também o apoio financeiro necessário para que se mantenham e se criem novas escolas (*op. cit.*, p. 11):

“Imploro a todos, meus caros amigos, pelo amor de Deus e da pobre juventude, que vocês não julguem essa causa pouco importante (...). Trata-se de uma causa séria e importante (...). Caros amigos, anualmente é preciso arrecadar muitos dinheiro para armas, estradas, pontes, diques e numerosas outras obras semelhantes, para que uma cidade possa viver em paz e segurança. Por que não arrumar o mesmo dinheiro para a pobre juventude necessitada, sustentando uma ou duas pessoas competentes como professores?”

Quanto à importância que confere à educação, Lutero ressalta a necessidade de cidadãos bem formados para conduzir a sociedade nos seus mais diversos aspectos, não mais apenas no campo religioso (*op. cit.*, p. 40):

“É urgente que se faça algo sério e a tempo neste sentido. Não apenas por causa dos jovens, mas também para preservar nossos estados clericais e seculares. Do contrário, se o deixarmos de fazer agora, não o poderemos fazer mais tarde, mesmo se quisermos (...). Por isso, caros senhores, dediquem-se à tarefa que Deus exige de vocês tão insistentemente”.

É interessante o modo como Lutero coloca a responsabilidade pela educação como dever do Estado. Dessa forma, afirma que a preocupação com a educação ultrapassa o limite familiar e torna-se uma preocupação pública, política. Afirma que educar é, na verdade, dever das autoridades, que devem se empenhar na construção de uma sociedade melhor. Para justificar sua afirmação, coloca as dificuldades enfrentadas pelas famílias no cumprimento dessa tarefa (*op. cit.*, p. 17):

“Em primeiro lugar, há aqueles que nem ao menos são honestos e estão conscientes de que devem fazê-lo, mesmo que tenham condições para isso (...). Em segundo lugar, infelizmente a maioria das pessoas mais velhas não é capaz disso. Não sabe como educar e ensinar crianças (...). Para ensinar e educar bem crianças, é necessário gente especializada. Terceiro: Mesmo aptos e prontos para assumir, os pais não têm tempo nem espaço por causa de outras atividades e dos serviços domésticos. Portanto a necessidade nos obriga a manter educadores comunitários para as crianças. Ou cada um terá que sustentar um educador particular. Mas isso seria caro demais para um cidadão simples”.

O mesmo pode-se dizer do modo como ele coloca a questão do tempo. A urgência em renovar o sistema educacional, em oferecer uma educação de qualidade é uma constante em seu texto. Para ele, esta é uma “missão divina”, conferida em um dado momento, que pode passar. Assim, há que se cuidar para que não se desperdice o momento propício que Deus está oferecendo à sociedade alemã, à qual ele se dirige nesta carta. Por outro lado, ao ressaltar a utilidade social da educação, volta-se para a questão da acumulação de capital, considerando-a uma consequência positiva da educação (*op. cit.*, p. 19):

“Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando ela tem muitas pessoas bem instruídas, muitos cidadãos sensatos, honestos e bem educados. Estes então também podem ajuntar, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens”.

Em seus textos, Lutero ressalta várias vezes a figura do professor como elemento indispensável na verdadeira reforma do sistema educacional, uma vez que é somente por meio dele que esta se efetivará. Para justificar sua afirmação, resgata a memória das civilizações antigas, nas quais esteve sempre presente o mestre, o pedagogo (*op. cit.*, p. 20):

“Assim a necessidade obrigou, em todos os tempos e no mundo inteiro, até entre os pagãos, a manter professores. Se é que se quisesse fazer de um povo alguma coisa boa (...). Uma cidade tem que ter pessoas assim. A sua falta é sempre uma grande necessidade e a queixa mais freqüente”.

Quanto à sua concepção de escola, Lutero a define como o lugar onde se formam os verdadeiros cidadãos, aqueles que serão responsáveis pelo governo e manutenção da sociedade. Assim, a educação assume uma finalidade que ultrapassa os limites religiosos (*op. cit.*, p. 35):

“Mesmo que não existisse alma e não se precisasse das escolas e línguas por causa da Escritura e de Deus, apenas isso já seria razão suficiente para fundar as melhores escolas para meninos e meninas em toda parte (...). Assim os homens podem governar o povo e o país e as mulheres administrar bem a casa e educar os filhos e os criados”.

Nesse sentido, considera igualmente necessário formar aqueles que farão parte do grupo dirigente da sociedade e também todos os que nela desempenharão qualquer tipo de função, independentemente se homens ou mulheres. No caso das mulheres, no entanto, destaca a finalidade doméstica de sua formação – preparar-se para saber cuidar dos afazeres do lar.

Quanto à formação e manutenção das escolas, propõe um ensino pautado nos princípios pedagógicos propostos pelo movimento humanista, que compreende um sólido aprendizado das línguas, a mudança de métodos e conteúdos. É muito interessante a proposta de Lutero com relação a estes aspectos (*op. cit.*, p. 36):

“Mas se [as crianças] fossem ensinadas e educadas em escolas ou em outras instituições com professores e professoras instruídos e disciplinados, que ensinassem línguas, outras matérias e História, então conheceriam a história e a sabedoria do mundo inteiro, a história dessa cidade, desse império, desse príncipe, desse homem, dessa mulher”.

Diante da necessidade de uma mudança de conteúdos, torna-se imprescindível também uma reestruturação do método a ser utilizado, que Lutero expõe e surpreende por sua visão que precede as grandes mudanças que ocorreriam em toda a história da educação ocidental (*op. cit.*, p. 37):

“Ora, a juventude tem que dançar e pular e está sempre à procura de algo prazeroso (...). Por que então não criar para ela escolas desse tipo e oferecer-lhe essas matérias? Pela graça de Deus, está tudo preparado para que as crianças possam estudar línguas, outras matérias e História com prazer e brincando (...). Também deveriam aprender a cantar e estudar Música com Matemática”.

De acordo com sua concepção, Lutero propõe uma escola para meninos e meninas, com algumas distinções. Os meninos devem ter um ensino diário de uma a duas horas, complementando-o com os serviços de casa, que devem fazer parte de seu cotidiano. As meninas, por sua vez, terão uma hora diária de ensino e também deverão desenvolver suas tarefas domésticas. Um ensino mais intensivo deve ser aplicado aos jovens que exercerão posições de destaque na sociedade, como professores, pregadores e outras funções do clero. Observa-se aqui que há uma distinção entre os jovens, na tentativa de diferenciar aqueles que possuirão um status diferente dos demais.

Para a concretização de sua proposta, o material utilizado também deve ser revisado e novamente selecionado. Sobre isso, Lutero faz uma crítica ao material utilizado pela Igreja Católica. Lembra que há muitas bibliotecas, porém estas carecem de bons livros e remete a isso o fato de muitos padres não dominarem nem mesmo o latim (*op. cit.*, p. 45):

“O que se poderia esperar a não ser alunos e mestres abobados, como os livros que eles ensinavam? (...). Esta é a recompensa da ingratidão, porque ninguém se esforçou para criar bibliotecas. Mas perderam os bons livros e conservaram os inúteis”.

Em resposta à crítica, apresenta uma proposta sobre a literatura considerada por ele ideal para uma biblioteca (*op. cit.*, p. 46):

“Em primeiro lugar, a Sagrada Escritura em latim, grego, hebraico e alemão ou em outras línguas deveria fazer parte dela [da biblioteca]. Depois os melhores intérpretes e os mais antigos, ambos em grego, hebraico e latim, onde quer que os pudesse encontrar. Depois livros úteis para aprender as línguas, como por exemplo os poetas e oradores, sem perguntar se são pagãos ou cristãos, gregos ou latinos. É deles que se deve aprender a Gramática. Depois deveriam vir os livros sobre as artes liberais e outras matérias. Por último, também livros jurídicos e de Medicina (...). Entre os mais importantes deveriam estar as crônicas e compêndios de História, em qualquer língua”.

Dessa maneira, surge uma nova concepção de educação, com uma nova finalidade: formar indivíduos aptos a desenvolver os vários tipos de trabalho necessários. A escola deixa de ter a função exclusiva de formar pessoas para a vida eclesial e abre-se também para a formação de toda a sociedade.

Os efeitos de sua obra na Alemanha foram muito positivos, com a manutenção e criação de novas escolas. Porém, era necessário conscientizar os pais da necessidade de enviar seus filhos à escola, o que levou Lutero a publicar um segundo texto, destinados aos pais, cujo título é *“Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola”*. Neste texto, Lutero volta-se para a responsabilidade que os pais têm em zelar pela educação dos filhos e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento da sociedade em geral. Do mesmo modo, ressalta a importância de reivindicar uma educação de qualidade e lutar para que isso se concretize.

Lutero afirma que este mundo é formado pelos governos espiritual e secular, ambos conduzidos por Deus. Enquanto no primeiro o objetivo maior é a salvação das pessoas, no segundo, por meio da razão humana, Deus preserva e mantém toda a humanidade. Destaca também que, embora distintos, Deus utiliza-se de pessoas nos dois governos e estas pessoas precisam de um sólido preparo, o que justifica a urgência e a necessidade de boas escolas. Aos pais cabe cuidar para que seus filhos freqüentem essas escolas, tornando-se principais

responsáveis pela educação e formação da sociedade. Sobre isso, Lutero é incisivo em suas afirmações (*op. cit.*, p. 95):

“Portanto, se você tem um filho apto para o estudo e condições de manda-lo estudar, mas não o faz, então você age contra a autoridade secular (...). Assim você priva o império, o principado, o país e a cidade de um salvador, um consolo, uma pedra fundamental”.

Ressalta também que não há motivação por parte dos pais para que enviem seus filhos à escola, uma vez que eles não reconhecem mais a finalidade do processo educativo. Afirma que a instrução tornou-se desnecessária na mentalidade das famílias, pois não possui uma aplicação prática na vida cotidiana e não contribui para a subsistência e a obtenção do lucro desejado por meio do trabalho. A esse respeito, Lutero faz uma exortação aos pais e afirma que todos devem estudar, inclusive as pessoas mais pobres, uma vez que a educação é necessária para todos, independentemente dos cargos que ocupam ou dos ofícios que exercem. Persiste na importância da educação para a vida em sociedade, ressaltando os benefícios que ela traz aos indivíduos, como ler todo tipo de literatura, viajar e conversar com qualquer pessoa ou mesmo fazer negócios em outros países, ressaltando o valor da instrução (*op. cit.*, p. 99):

“Aqueles que hoje estudam serão pessoas valorizadas. Dois príncipes e três cidades disputarão uma única pessoa de instrução. Se você olhar em volta, notará que numerosos cargos estão à espera das pessoas formadas nos próximos dez anos. Apesar disso, são poucos os que estão sendo preparados para isso”.

Lutero aconselha os pais para que insistam na educação de seus filhos, mesmo que para isso tenham que mendigar. Dessa forma, sua fala adquire um

tom dramático e até mesmo revolucionário, quando afirma que por meio da educação atinge-se o poder (*op. cit.*, p. 108):

“Portanto, mande seu filho estudar com toda a confiança. Mesmo que tenha que mendigar pão por enquanto, você está oferecendo a Deus Nosso Senhor uma madeira valiosa, da qual pode moldar um senhor para você. No fim vai dar nisso: seu filho e o meu, ou seja, filhos de gente humilde, governarão o mundo, tanto no estado espiritual quanto no secular”.

Quanto à tarefa de ensinar, Lutero valoriza e resgata a figura do professor, como já afirmado anteriormente. Afirma que todas as construções e instituições para nada servem sem a presença do mestre. Atenta para o fato de que seu ofício, assim como o do escritor, é extremamente complexo e muito mais difícil do que os trabalhos que exigem apenas esforço físico, pois compreende um trabalho mental pesadíssimo. Conclui exaltando o trabalho do professor, que se constitui berço do qual nascem todos os demais ofícios (*op. cit.*, p. 110):

“Se não houvesse o estudo das línguas e outras ciências da arte de falar ao público, de onde viriam pregadores, advogados e médicos? (...). Em resumo, quero dizer: nunca se pode recompensar o suficiente um professor ou mestre dedicado e piedoso (...). De minha parte, se pudesse ou tivesse que deixar o ministério da pregação e outros encargos, nada mais eu desejaria tanto quanto ser professor ou educador de meninos. Sem dúvida, um dos valores mais altos na terra é educar fielmente os filhos de gente estranha. Muito poucos, quase ninguém, fazem isso com os próprios filhos”.

Desse modo, pode-se constatar que, a todo momento, Lutero exalta a educação e coloca-a como centro da reforma social. Ao mesmo tempo, considera-a uma missão divina, que não pode ser ignorada. Assim, sintetiza seu pensamento

(*op. cit.*, p. 55): *“Uma coisa é certa: ajudar, incentivar e encorajar crianças a irem à escola e ainda colaborar para isso com dinheiro e conselho, a fim de que isso se torne possível, significa, sem dúvida, ter encaminhado os filhos a Cristo”.*

Embora não tivesse a intenção de criar um método pedagógico específico, os princípios expostos por Lutero em suas obras tiveram repercussões em todo o sistema educacional. A partir de seu pensamento e das mudanças por ele propostas, começou-se a delinear uma nova visão do processo de ensino-aprendizagem, muito bem sistematizada e estruturada por Comênio em sua obra *“Didática Magna”*. Com base nos princípios propostos por Lutero, Comênio procurou desenvolver um método pedagógico que viabilizasse a aplicação de tais princípios.

2.2. A obra de João Amós Comênio

Comênio (1592-1670) viveu em um momento histórico marcado pelos movimentos de Reforma e Contra-Reforma, que abalaram a sociedade do século XVI. Homem de natureza reformista (pertencente ao grupo dos Irmãos Morávios), baseia toda sua reflexão e seu método nas sagradas escrituras, o que pode ser claramente observado em sua obra *“Didática Magna”*. Por meio dela, Comênio objetivava expor um método de ensino universal, que fosse mais fácil e prazeroso tanto para os mestres como para os alunos. Um método de ensino que fosse certo, rápido e sólido. Comênio estava tão certo da eficácia de seu método que chega a fazer um apelo, no início de sua obra, para que não desistam facilmente de aplicá-lo, mesmo se houver dificuldade; chega a ser ousado ao creditar tanta eficácia ao seu método, ao mesmo tempo em que busca convencer o leitor e conquistar sua confiança. Em alguns momentos, afirma ser esta sua iniciativa uma inspiração divina.

Dessa forma, como afirma João Valentim Andréa na introdução à obra de Comênio, esta assume 4 dimensões:

- Familiar: aos pais, para que tenham consciência do que devem esperar da educação de seus filhos;

- Escolar: aos professores, para auxiliá-los; aos alunos, tornando seu aprendizado mais prazeroso; às escolas, para que se tornem mais agradáveis e aumentem em número;
- Política: aos Estados, pois serão mais prósperos à medida que houver uma melhor educação dos jovens;
- Espiritual: ao Céu, pois juntamente com a educação da mente, dar-se-á também uma formação ao espírito.

Em todas as suas afirmações, os argumentos por ele utilizados partem de trechos bíblicos ou são concluídos por eles. Em outros momentos, lança mão de analogias ou de exemplos concretos de um fato ocorrido. Desse modo, Comênio pretende tornar incontestáveis certas teorias por ele desenvolvidas em seu texto. Essa característica pode ser verificada também na obra de Gusmão, que utiliza-se de trechos bíblicos, analogias e exemplos de personagens históricos como forma de ratificar suas afirmações.

Fortemente influenciado pela filosofia reformista, Comênio apresenta na primeira parte de sua obra uma concepção de mundo, segundo a qual o ambiente visível, em que vivemos, existe com a finalidade de garantir a multiplicação, a sustentação e a educação do homem. Este, por sua vez, foi criado à imagem e semelhança de Deus, diferentemente de todas as outras criaturas. Logo, por ter sido criado de forma tão distinta, destina-se a um fim igualmente distinto: a eternidade. Dessa forma, do mesmo modo que no útero materno o homem se prepara para a vida no mundo, este mundo nada mais é do que uma preparação para a vida que há de vir: a vida eterna. Durante este tempo de preparação, o homem deve desenvolver-se em três aspectos principais: o auto-conhecimento ou a instrução; a virtude ou bons costumes; e a piedade, expressa por meio da religião. Estes aspectos são imprescindíveis, sendo tudo mais um mero acessório.

Todavia, tais aspectos não se encontram fora do homem, mas dentro dele. Segundo Comênio, são incutidos pela natureza, como sementes que precisam ser cultivadas para que dêem frutos. Com essa afirmação, Comênio expressa uma concepção do homem como um ser predisposto a aprender, concepção que deixa

explícita neste trecho (1957, p.102): *“é evidente que todo homem nasce apto para adquirir conhecimento das coisas: primeiro porque é imagem de Deus...”*. Continua seu texto, exaltando as potencialidades da mente humana e demonstrando por meio de analogias que não é necessário inculcar conhecimentos externos, mas apenas desenvolver o que se encontra em seu íntimo.

Enfim, uma outra questão que surge no decorrer de sua obra refere-se ao momento histórico que a Igreja estava vivendo – a Reforma e a Contra-Reforma. Em determinados trechos de sua obra *“Didática Magna”*, Comênio faz uma análise desse período, refletindo sobre as possíveis causas que levaram à divisão da Igreja (*op. cit.*, p.378):

“Mas, logo que os pagãos começaram a entrar em multidão na Igreja, e arrefeceu o primitivo ardor e solicitude em separar as doutrinas puras das impuras, e, por isso, se começou a ler, primeiro privadamente e depois em público, os livros dos pagãos, é evidente que espécie de mistura e de confusão de doutrinas resultou. Precisamente por culpa daqueles mesmos que se jactavam de ser os únicos depositários da chave da sabedoria, perdeu-se essa chave; em consequência disso, em lugar dos artigos da Fé, surgiu uma infinidade de opiniões estranhas; daí os dissídios e os litígios, que não dão ainda mostras de quererem desaparecer (...). Oxalá na Igreja de Cristo reformada não existam também aqueles que Cícero, Plauto, Ovídio, etc. arrastaram atrás de si com um odor verdadeiramente mortal!”

Ao expor suas opiniões e sua proposta de educação para todos, sem distinção, Comênio já previa as críticas que lhe seriam dirigidas. Portanto, antes que elas se façam, já as rebate com os seguintes argumentos (*op. cit.*, p.143):

“Se alguém disser: onde iremos nós parar, se os operários, os agricultores, os moços de fretes e finalmente até as mulheres se

entregarem aos estudos? Respondo: acontecerá que, se esta educação universal da juventude for devidamente continuada, a ninguém faltará, daí em diante, matéria de bons pensamentos, de bons desejos, de boas inspirações e também de boas obras. E todos saberão para onde devem dirigir todos os actos e desejos da vida, por que caminhos devem andar e de que modo cada um há-de ocupar o seu lugar. Além disso, todos se deleitarão, mesmo no meio dos trabalhos e das fadigas, meditando nas palavras e nas obras de Deus, e evitarão o ócio, causa de pecados carnavais e de delitos de sangue, lendo freqüentemente a Bíblia e outros bons livros”.

É impressionante o tom de atualidade na fala de Comênio! Ao ler sua obra, a impressão que se tem é de que ela foi escrita no nosso tempo e não há séculos! Ao analisar sua teoria e sua visão crítica a respeito da educação, a única conclusão a que se pode chegar é que ele foi um homem à frente de seu tempo. Por isso talvez muitas vezes tenha sido incompreendido; outras vezes, certamente, tão admirado.

3. A concepção educacional produzida pelo Concílio de Trento

3.1. A Companhia de Jesus e o seu método pedagógico

Como já afirmado anteriormente, a Reforma no seio da Igreja Católica é anterior ao movimento empreendido por Lutero. Todavia, o conflito de interesses dentro do próprio clero impediu que muitas iniciativas se concretizassem. Dessa forma, o século XVI constitui-se um momento de evolução da vida religiosa, com o surgimento de várias associações leigas, além das inúmeras ordens religiosas. Verifica-se a necessidade de estruturar e organizar o desenvolvimento da vida religiosa. Paralelamente a isso, a reforma protestante configurou-se em um impulso decisivo para que a Igreja Católica levasse à frente a proposta de reforma latente há tantos anos. Todavia, para que ela se concretizasse, tornava-se necessária a realização de um concílio.

Muitos obstáculos se opuseram à convocação do concílio, tanto por parte de protestantes como de católicos, embora todos reconhecessem a necessidade iminente de sua realização. Guerras, disputas políticas, territoriais e religiosas fizeram com ele fosse adiado, suspenso e reiniciado várias vezes. A primeira fase do Concílio – entre 1545 e 1547 – foi marcada pela manifestação contrária dos protestantes. Nesse período, sob a direção do papa Paulo III, decidiu-se que o Concílio trataria de assuntos referentes às reformas disciplinares e questões dogmáticas concomitantemente. Em 1547, devido à peste que se alastrava em Trento, o Concílio foi transferido para Bolonha, porém, por questões políticas, acabou por ser suspenso.

A segunda fase do Concílio tem início em 1551, novamente em Trento, com o papa Júlio III, sucessor de Paulo III, morto em 1549. Muitos decretos dogmáticos e disciplinares foram promulgados. Todavia, o ataque dos protestantes, que reivindicavam uma mudança radical na estrutura conciliar e clerical, a anulação dos decretos até então promulgados e se recusavam ao diálogo levaram a uma segunda suspensão do Concílio – às pressas, por questão de segurança – um ano após sua reabertura.

Em 1555, falece Júlio III e é sucedido por Marcelo II, que também morre três semanas depois. É eleito então Paulo IV, extremamente autoritário e impaciente. Contrário à reabertura do Concílio, decidiu realizar sozinho a reforma da cúria. Valendo-se de seu poder, suscitou guerras e favoreceu seus familiares de forma desonesta. Entretanto, logo Paulo IV também falece e é sucedido em 1559 por Pio IV, após um longo conclave. Auxiliado por seu sobrinho Carlos Borromeu, apressou-se em reabrir o Concílio. Em 1561 os trabalhos são retomados e finalmente concluídos em 1563. Apesar da forte resistência, todos os decretos promulgados pelo Concílio são confirmados por Pio IV em 1564.

De um modo geral, pode-se concluir que o Concílio de Trento não teve como consequência o restabelecimento da unidade. Martina distingue três aspectos principais referentes ao Concílio (1995, p. 251):

“Podemos reunir em três temas essenciais o significado histórico do concílio tridentino: pôs em evidência a forte capacidade de recuperação da Igreja, vitoriosa de uma gravíssima crise; reforçou a unidade dogmática e disciplinar, que, mesmo ameaçada várias vezes (...), sobressai, sobretudo se comparada à evolução contrária, mas contemporânea, das correntes protestantes; enfim, abriu um novo período na história da Igreja”.

Cabe lembrar que as discussões do Concílio resultaram em duas frentes de trabalho – dogmática e disciplinar. Essa característica é ressaltada por Alberigo em sua obra *“História dos Concílios Ecumênicos”* (1995, p.7):

“Em Trento, pela primeira vez, é formalizada, inclusive como critério dos trabalhos conciliares, a alternância entre assuntos de ‘fé’ – a propósito dos quais os debates se concluem com a aprovação de formulações teológicas que respondem às questões levantadas pelos protestantes – e problemas ‘de reforma’ – a propósito dos

quais votam-se normas disciplinares destinadas a eliminar os abusos e a decadência eclesiástica”.

Dessa maneira, pode-se concluir que, em relação ao aspecto dogmático, o Concílio buscou responder aos ataques da reforma protestante e reafirmar suas crenças e valores; no que se refere ao aspecto disciplinar, deu um novo impulso à vida da igreja.

No campo das questões disciplinares, voltadas especificamente para a reforma da igreja, inserem-se as propostas relacionadas mais diretamente às concepções educacionais que permearam todas as discussões. Tais propostas desdobram-se em três aspectos fundamentais: as escolas, os seminários e os livros proibidos.

Com relação a este último aspecto, o Concílio formulou dez regras – que se constituem no *Index librorum prohibitorum*, ou *Índice de livros proibidos* – a partir das quais foram condenadas diversas obras, cujo conteúdo divergia dos princípios pregados pela Igreja Católica. Tais obras foram consideradas heréticas e tiveram sua leitura e impressão proibidas terminantemente; outras foram permitidas, porém com algumas restrições.

A proposta da criação de seminários, fruto do Concílio, surge a partir da constatação do estado decadente em que se encontrava o clero. Reconhece-se a necessidade de zelar pela sua formação e manutenção, uma vez que, como afirma Manacorda (1999, p. 202), *“a ignorância do clero exigia a reforma de sua formação e a constituição de um corpo rigorosamente selecionado”*. Tem início um processo de valorização educacional na formação dos novos quadros e a conscientização da responsabilidade que os bispos possuem sobre a mesma, como afirma Alberigo ao relatar as determinações do Concílio a este respeito (1990, p. 345):

“Ordena aos bispos que abram colégios que serão como que sementeiras (seminaria) onde os jovens pobres (por volta dos 12 anos) serão acolhidos gratuitamente, para aprender a gramática (ou

seja, o latim) e ser formados para a vida pia e clerical (...). O interesse principal era sublinhar a responsabilidade dos bispos na formação de seus futuros sacerdotes e de abrir parcialmente o recrutamento às classes pobres”.

A responsabilidade atribuída aos bispos e a necessidade de restauração do clero são também explicitadas por Tuchle e Bouman em “Nova História da Igreja” (1971, p. 153):

“O assim chamado decreto sobre os Seminários exigia a fundação de seminários por parte de todos os bispos, com a finalidade de preparar para a cura de almas um clero numericamente suficiente e bem aparelhado (...). A responsabilidade pela futura geração dos sacerdotes fazia parte novamente das mais imperiosas obrigações dos bispos. Só dessa maneira foi possível remover a obstrução a qualquer reforma nas dioceses, que consistia na carência de sacerdotes zelosos, instruídos, dotados de alto padrão moral”.

Outra preocupação do Concílio foi a reforma das escolas católicas, como ressalta Manacorda (1999, p. 202):

“...o Concílio de Trento providenciou a reorganização das escolas católicas, evocando explicitamente as antigas tradições. Reorganizou as escolas das igrejas metropolitanas (catedrais) e aquelas mais pobres, dos mosteiros e conventos, regulamentou o ensino da gramática, das Sagradas Escrituras e da teologia, e introduziu o estudo da teologia também nos ginásios, submetendo tudo ao controle do bispo”.

Nas décadas que se seguiram ao Concílio, muitos colégios, mantidos pela Igreja, foram fundados ou reformados. No que se refere à formação e direção das escolas, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Companhia de Jesus. Esta ordem, considerada por Martina (1995, p.230) *“uma absoluta novidade na vida religiosa”*, tinha como finalidade a salvação não apenas dos seus membros, mas principalmente dos outros. Para tanto, os religiosos dessa ordem devem estar prontos para ir a qualquer lugar do mundo, de acordo com a necessidade de evangelização. Convém lembrar que a Companhia não surgiu em função da reforma protestante, embora geralmente seja associada a ela, como afirma Romag em sua obra *“Compêndio da História da Igreja”* (1952, p.95):

“A Ordem dos jesuítas não foi fundada direta e especialmente para combater e extirpar o protestantismo, mas, sim, para propagar a Igreja católica e para defendê-la contra qualquer outra doutrina e, por conseguinte, também contra o protestantismo”.

Na Europa, os jesuítas assumiram a educação secundária dos jovens da nobreza e da classe média. Este ensino, que era gratuito, estava embasado no método desenvolvido pela própria Ordem e descrito na *Ratio Studiorum* e exerceu uma influência significativa em toda a Europa. Também deve-se aos jesuítas a criação e manutenção de muitos seminários.

Outro campo de atuação da Companhia, que marcou profundamente todo o seu trabalho, foi a atividade pastoral, configurada nas missões populares em inúmeros países, dentre eles o Brasil, território recém-descoberto. A constituição da sociedade brasileira foi fortemente influenciada pela cultura européia, por meio do ensino oferecido pela Companhia de Jesus. Como já discutido, o espírito norteador desse ensino e dessa mentalidade jesuítica foi, sem dúvida, a Contra-Reforma. A Igreja passava por um momento de crise estrutural e precisava, portanto, reafirmar suas crenças e seus valores; isto refletiu-se de forma direta em todo seu modo de agir, manifesto por meio da formação de seus padres e da educação oferecida à classe dominante.

A primeira missão dos jesuítas nas terras brasileiras foi garantir a permanência da fé cristã católica. Para tanto, iniciou-se o trabalho catequético, destinado aos indígenas e aos filhos dos colonos, bem como a formação dos novos religiosos, para a qual foram construídos os colégios. Como pôde-se observar, juntamente com a catequese era oferecida uma educação básica, ao passo que uma formação mais profunda era oferecida nos colégios, onde tinha acesso apenas a minoria mais abastada. Destes colégios, duas possibilidades se abriam: a opção pela vida religiosa ou a continuidade dos estudos na Europa. De qualquer forma, em todos os empreendimentos da Companhia a finalidade maior era a conversão ao catolicismo e a preservação da fé cristã.

Além do ensino nos colégios, faz-se necessário acrescentar, como parte do projeto pedagógico jesuítico, a reforma da vida familiar, notadamente a educação das crianças. Por intermédio delas é que a Igreja aproximar-se-ia das famílias, garantindo a perpetuação de seus ideais. Intervir nas famílias foi, sem dúvida, uma ação estratégica da Igreja como resposta ao risco apresentado pelo avanço da Reforma Protestante, que neste momento estava em seu auge na Europa. Isso pode ser claramente constatado ao analisarmos as propostas católicas de educação familiar. Nessas propostas, a figura central é a criança. Entretanto, convém destacar que a preocupação jesuítica em relação à infância não residia em sua saúde, ou nos aspectos exteriores, mas na proteção da alma. Com relação a esse aspecto surge, na segunda metade do século XVII, uma literatura destinada a esses cuidados. A obra do padre Alexandre de Gusmão (2004) – *“Arte de bem criar os filhos na idade da puerícia”*, publicada pela primeira vez em 1685, insere-se nesse rol de escritos.

No que concerne à educação, as principais contribuições da Companhia de Jesus provêm do trabalho desenvolvido em suas escolas de bê-á-bá. Segundo Ferreira Jr., Bittar, no artigo “Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial” (2002, p. 474), *“essas escolas do bê-á-bá eram importantes no ritual de realização da catequese”*, e tinham como base pedagógica os princípios contidos nas “Constituições da Companhia de Jesus” elaboradas por Santo Inácio de Loyola, cujo artigo 402 impunha a obrigação de que todo padre jesuíta dominasse

a língua do gentio para melhor “*desempenharem o ofício e com mais frutos para a salvação das almas*” (1977, p. 139).

Um aspecto a ser destacado é que, nesse período, a catequese e o ensino do bê-á-bá ocorriam concomitantemente, como relata Anchieta ao tratar da “*doutrinação dos meninos*” na carta Trimensal de Maio a Agosto de 1556, de Piratininga (1988, p. 99): “*O principal cuidado que deles se tem, consiste no ensino dos rudimentos da fé, sem omitir o conhecimento das letras, ás quais tanto se afeiçoam...*”. De fato, o próprio Vieira, no Sermão da Epiphania, pregado em 1662, ressalta o duplo papel – catequético e educativo – exercido pelos jesuítas, ao afirmar que “*...são mestres, porque cathequizam e ensinam a grandes e pequenos, e não uma, senão duas vezes no dia*” (1945, v. II, p. 44).

Para atingir seu objetivo, os jesuítas enfrentaram muitos obstáculos, dentre os quais destaca-se a questão da língua. Na tentativa de aproximar-se mais facilmente dos índios, viabilizando a ação catequética, os padres inacianos trouxeram para o Brasil meninos-órfãos portugueses, que passaram a atuar como intérpretes entre os missionários e as crianças índias. A importância destes meninos para o trabalho de evangelização jesuítica é reconhecida por Chambouleyron, na obra “*História das Crianças no Brasil*”, organizada por Priore (2002, p.64), ao relatar que “*os meninos órfãos de Lisboa aprenderam rapidamente a língua, tornando-se importantes auxiliares no trabalho de conversão*”.

A consequência direta desta prática foi a origem do *nheengatu*, uma mistura do tupi com o português, que tornou-se a língua-geral falada no Brasil, sendo substituída completamente pela língua portuguesa como língua materna dos brasileiros apenas no final do século XVIII, como assinala Darcy Ribeiro no livro “*O Povo Brasileiro*” (1995, p. 123). Analisando o Censo Nacional de 1940, ele observa que, no norte do Amazonas, “*o nheengatu permaneceu, depois da expulsão deles [os jesuítas], como a fala comum da população brasileira local e subsistiu como língua predominante até 1940*”.

Em seu trabalho missionário, os padres inacianos utilizavam-se das crianças índias para atingir os índios adultos. Isso se deve ao fato de que, como

confirma Chambouleyron (2002, p.58), “...nos meninos se poderia esperar muito fruto, uma vez que pouco contradiziam a lei cristã. Com os adultos cada vez mais arredios, toda atenção se voltava aos filhos destes...”. Dessa forma, os meninos que eram “conquistados” por meio da catequese passavam a viver em aldeamentos criados pelos próprios padres, denominados “missões”. Com isso, pretendiam os padres provocar uma mudança de mentalidade, como afirma Chambouleyron (*op. cit.*, p.60): “ocorreria, assim, algo que poderíamos chamar de ‘substituição de gerações’: os meninos, ensinados na doutrina, em bons costumes, sabendo falar, ler e escrever em português, terminariam sucedendo a seus pais”.

Todas essas iniciativas tornaram extremamente conflituosa a relação entre os padres e os colonos, que viam nas missões a redução dos seus lucros. Em contrapartida, a catequese assume uma outra função social: a de promover alianças entre os jesuítas e os grupos indígenas (*op. cit.*, p.59):

“É difícil determinar ao certo qual foi a imagem a respeito dos portugueses construídas pelas várias tribos indígenas e, principalmente, dos religiosos da Companhia de Jesus, mas a construção de alianças, a partir das crianças (os índios dando seus filhos), pode ter constituído uma possibilidade frutífera de relacionamento para alguns grupos”.

Neste interregno, a escola enquanto instituição ainda não está presente; nota-se apenas um início de sua institucionalização.

A partir do século XVII, como visto anteriormente, a realidade brasileira é marcada por profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Todo esse panorama sócio-cultural refletiu-se no campo da educação: dá-se início ao processo de normatização da escola, claramente perceptível por meio da *Ratio Studiorum* – publicada pela primeira vez em 1599 – que, segundo Manacorda (1999, p.202), “regulamentou rigorosamente todo o sistema escolástico jesuítico”. O trabalho catequético foi, aos poucos, dando lugar aos colégios que, conforme Bittar, Ferreira Jr, no artigo intitulado “Educação Jesuítica e Fazendas de Gado no

Brasil Colonial” (2001, p. 99), *“constituíram-se num dos veículos mais eficazes da difusão da mentalidade portuguesa em terras brasílicas”*.

Desse modo, a educação, que inicialmente tinha um caráter missionário, foi se transformando em uma formação para a elite colonial. De fato, como afirma Chambouleyron (2002, p.56), *“...embora a Companhia de Jesus houvesse nascido, na primeira metade do século XVI, como ordem essencialmente missionária, aos poucos foi também se transformando em uma ordem docente”*. A procura pelos colégios tornou-se acentuada, uma vez que o que se buscava não era mais a formação para a vida religiosa, mas apenas o *status* assegurado pela escolarização, como afirma Ribeiro, em “História da Educação Brasileira” (2001, p.23): *“O plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real se distanciam. Os instruídos serão descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados”*.

É importante ressaltar que, nesse momento, o ensino das letras era quase de total responsabilidade da Companhia de Jesus – e assim permaneceria até sua expulsão, em 1759. Sua ação e seu empenho, portanto, estavam direcionados à manutenção de seus colégios. Conforme afirma Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala” (1995, p.466), *“os colégios dos jesuítas nos primeiros dois séculos, depois os seminários e colégios de padre, foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial”*. Neles encontrava-se a diversidade da população brasileira, representada pelas crianças (*op. cit.*, p.466): *“filhos de caboclos arrancados aos pais; filhos de normando encontrados nos matos; filhos de portugueses; mamelucos; meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos louros, sardentos, pardos, morenos, cor de canela”*.

Convém lembrar que as crianças negras não estudaram nessas primeiras escolas jesuíticas; elas foram alvo da catequese apenas nas fazendas dos jesuítas, conforme mostra o artigo “Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial”, escrito por Ferreira Jr. e Bittar (2002).

Pouco a pouco, os colégios foram se restringindo apenas a uma minoria, pertencente à classe dominante. Tornaram-se, segundo Ribeiro (2001, p.24), meios de adquirir status e não busca de vocações: *“...os graus acadêmicos*

obtidos nessas escolas eram, juntamente com a propriedade de terra e escravos, critérios importantes de classificação social". Convém lembrar que o acesso à educação também era negado às mulheres e aos filhos primogênitos, uma vez que a estes eram destinados os negócios da família. Quanto ao conteúdo, este era completamente alheio à realidade da Colônia. Marcado por um extremo rigor, facilmente encontrado nas páginas do *Ratio Studiorum*, visava reproduzir a estrutura social vigente, não preparava para o trabalho, era um ensino conteudista, sem utilidade prática, uma vez que para exercer as atividades manuais não era necessário ter instrução.

Toda essa rigidez presente no trabalho jesuítico tinha seu fundamento: combater as heresias oriundas do movimento de Reforma e afastar os fiéis católicos de sua influência. Todavia, isso acabou por tolher os pensamentos, não só de religiosos como também dos intelectuais formados nos colégios jesuíticos, que acabaram por se afastar do espírito científico nascente. Um outro obstáculo que surge é a ênfase excessiva ao trabalho intelectual em detrimento às funções manuais, o que afastava ainda mais os alunos dos colégios da realidade concreta e, conseqüentemente, aumentava a desigualdade social. Sob esse quadro tem início a atuação missionária de Alexandre de Gusmão.

3.2. A obra de Alexandre de Gusmão

Nascido em Lisboa em 1629, Gusmão pertencia a uma família da pequena nobreza. Mudou-se para o Brasil com toda a sua família em 1644 e, dois anos mais tarde, com 17 anos de idade, ingressou na Companhia de Jesus. Como aluno do colégio jesuítico do Rio de Janeiro, estudou humanidades, retórica e teologia, destacando-se na arte de pregar. Um aspecto que merece ser ressaltado é que Gusmão realizou seus estudos de forma completa no Brasil, sem complementações no exterior. Logo após ser ordenado, serviu à Companhia como mestre de noviços no Rio de Janeiro; em seguida, foi enviado como reitor aos Colégios Jesuíticos do Espírito Santo e da Bahia, sendo que nesta última fundou o Seminário de Belém da Cachoeira; foi também administrador e missionário em

aldeias de São Paulo, chegando a ser prisioneiro de piratas. Enfim, após uma vida de intensos trabalhos, faleceu em 1724, na Bahia, aos 95 anos de idade.

Durante sua vida, Gusmão foi autor de várias obras, dentre as quais destaca-se *“A Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia”*, um tratado destinado a facilitar a formação da criança, em todos os sentidos. Nela, deixa explícita a intenção de que sua obra seja lida não só pelos adultos como também pelas crianças, com o intuito de reformar a sociedade e converter as almas: *“... espero, com a graça de Deus e favor de sua santíssima mãe, haja nas famílias muita melhoria, nas repúblicas, muita reformação, na igreja, muitos justos, e, no céu, muitos santos”* (2004, p.6).

Como já foi afirmado, a difusão de obras como a de Gusmão foi um dos recursos mais eficazes utilizados no processo da Contra-Reforma Católica, sendo um fator determinante para a preservação da influência da Companhia de Jesus no campo educacional até a sua expulsão, em 1759. Influência que não abrangia apenas os colégios, mas estendia-se também às famílias brasileiras. De fato, culturalmente, os jesuítas estavam presentes em todos os aspectos da vida colonial, conforme mostra Alfredo Bosi, em *“Dialética da Colonização”* (1992).

A obra de Gusmão aqui referida pode ser dividida em duas partes. A primeira discorre sobre a educação em si, por ele definida como *“boa criação”*. Nesta parte, formada por dezenove capítulos, Gusmão destaca a importância da educação das crianças, não só para si mesmas, mas também para os pais e, principalmente, para toda a república. Porém, ele não se refere a qualquer forma de educação, mas à educação nos moldes cristãos – católicos, mais especificamente. Ressalta também a necessidade e a relevância de uma boa criação também para as crianças *“enfeitadas”* e órfãs.

A segunda parte da obra, constituída por vinte e cinco capítulos, é dedicada à educação da criança no âmbito familiar. Neste sentido, Gusmão prescreve uma série de recomendações aos pais no cuidado com seus filhos, cuidado este que deve ter início logo após o nascimento. Discorre sobre temas como amamentação, costumes, vícios, brincadeiras, disciplina, cuidado com as companhias, escolha dos mestres e educação para o sexo feminino.

Ao referir-se à importância da educação na vida da criança, cita inicialmente o exemplo da própria Companhia de Jesus (2004, p. 39): *“Na Companhia de Jesus sei que, diz seu fundador Santo Inácio, que da boa instituição dos seus dependia toda a esperança da Companhia em o Senhor”*.

Com relação ao movimento protestante, considera seus empreendedores instrumentos do demônio (*op. cit.*, p.50): *“Lutero, Calvino e outros semelhantes não foram, na vida, uns monstros infernais?”*. Diverge dos protestantes principalmente no que se refere à idade com que se deve aceitar a profissão religiosa. Gusmão contradiz Lutero, que defendia a idade mínima de setenta anos, afirmando que o melhor momento para se fazer a profissão religiosa é quando ainda se está na infância. Para justificar sua tese, vale-se dos seguintes argumentos: na infância há mais disposição para receber a instrução e a disciplina necessárias; nessa fase da vida é mais fácil adaptar-se aos bons costumes; fazendo-se a profissão religiosa na infância há mais tempo para servir a Deus do que somente na velhice; finalmente, entrando para a vida religiosa ainda menino, conserva-se a inocência da infância e, conseqüentemente, diminuem-se as penas do purgatório.

Gusmão orienta os pais também em relação aos filhos que correm perigo de vida, com muita naturalidade, uma vez que os índices de mortalidade infantil nessa época eram muito altos; a morte de crianças era um fato corriqueiro na sociedade da época. Consola, de um certo modo, os pais que perdem seus filhos ainda crianças, uma vez que, na ótica cristã católica, elas são acolhidas por Deus como verdadeiros anjos, que intercedem por seus pais que aqui ficaram (*op. cit.*, p.259): *“E, na verdade, razão tem de se alegrar o pai na morte do inocente por ter no céu mais uma estrela no jardim da glória, mais uma flor; entre os espíritos celestiais, um anjinho; e, entre os santos da glória, um filho”*.

Quanto ao público ao qual Gusmão se dirige, nota-se em alguns momentos de sua obra a recorrência ao valor dos bens espirituais em detrimento dos bens temporais. Isso demonstra que muitos dos ouvintes do jesuíta eram pessoas de uma classe social mais abastada (*op. cit.*, p.258):

“...tendo sempre diante dos olhos o maior bem espiritual dos filhos, que é sua salvação; porque de maior bem espiritual dos filhos, que é sua salvação; porque de maior utilidade será deixar os filhos bem instruídos de santos documentos que bem abastados de ricas fazendas”.

Dessa forma, analisando obras como esta, é possível avaliar o grau de influência da Companhia de Jesus não apenas no campo educacional, mas na construção da sociedade brasileira com um todo, em seus mais diversos aspectos, conforme assinala Romanelli (2002, p. 35):

“Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a mudar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar”.

4. Semelhanças e diferenças pedagógicas entre Comênio e Gusmão

4.1. Infância

No decorrer da história ocidental, até o século XVI, a criança foi vista como um adulto em miniatura. Por volta desse século inicia-se, na Europa, um processo de descoberta da infância, como afirma Arriès em sua obra “História Social da Criança e da Família” (1981, p. 51): “...até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”. O autor ressalta que a própria arte não representava a figura da criança. Presente na arte grega, posteriormente caiu no esquecimento, o que desperta sua atenção e o leva a reflexões de extrema relevância (*op. cit.*, p. 52):

“Há aí algo mais do que uma simples coincidência. Partimos de um mundo de representação onde a infância é desconhecida: os historiadores da literatura fizeram a mesma observação a propósito da epopéia, em que crianças-prodígio se conduziam com a bravura e a força física dos guerreiros adultos. Isso sem dúvida significa que que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”.

Já no contexto brasileiro, Chambouleyron (2002, p.58) considera esse processo como “*resultado da transformação nas relações entre indivíduo e grupo, o que ensejava o nascimento de novas formas de afetividade e a própria afirmação do sentimento da infância, na qual Igreja e Estado tiveram um papel fundamental*”.

Nesse sentido, Arriès enfatiza a profunda mudança dos sentimentos relacionados à infância (1981, p. 58): *“O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou portanto um momento muito importante na história dos sentimentos”*.

Priore, em seus estudos sobre a criança, contidos em seu livro *“História das Crianças no Brasil”* (2002, p. 58) reafirma essa descoberta da infância e ressalta o papel desempenhado pelo Estado e pela Igreja:

“É bem verdade que a infância estava sendo descoberta nesse momento [século XVI] no Velho Mundo, resultado da transformação nas relações entre indivíduo e grupo, o que ensejava o nascimento de novas formas de afetividade e a própria ‘afirmação do sentimento da infância’, na qual Igreja e Estado tiveram um papel fundamental”.

Toda essa mudança de mentalidade se reflete no Brasil por meio do trabalho desenvolvido pela Companhia de Jesus, que passou a considerar a criança com uma tábua rasa, um papel em branco (*op. cit.*, p.79): *“Em razão de sua vivência apostólica e da própria descoberta da infância, os padres entenderam que era sobre as crianças, essa ‘cera branca’, que deviam imprimir-se os caracteres da fé e virtude cristãs”*.

A definição biológica de infância é apresentada por Gusmão, em sua obra *“A arte de bem criar os filhos na idade da puerícia”*, da seguinte forma: *“Nós chamamos infante à criança enquanto de si não tem ação racional e, para viver, necessita de alheio socorro”* (2004, p.139). A concepção jesuítica de infância é apresentada logo no início de sua obra por meio de uma analogia (*op. cit.*, p.13):

“Um político disse que eram os ânimos dos meninos como uma tábua rasa que um insigne pintor tem aparelhada para pintar nela qualquer imagem, o que nela quiser pintar isto representará, se anjo, anjo; se demônio, demônio representará. E assim como sair

bem, ou mal pintado, o quadro depende das primeiras linhas que nele o pintor lançou; assim o sair bem, ou mal criado, o filho depende dos primeiros ditames que nele, como em tábua rasa, debuxou o pai enquanto menino”.

Para Comênio, é inata a capacidade para o saber, mas não o próprio saber em si. Este desejo do saber manifesta-se desde a infância. Com efeito, Comênio afirma que dentro do homem encontra-se tudo o que é necessário, basta estimulá-lo, e isso se torna possível através da educação.

Em sua obra “Didática Magna”, Comênio deixa clara sua concepção de infância, valendo-se de Aristóteles (1957, p.107):

“Aristóteles comparou a alma humana a uma tábua rasa, onde nada está escrito e onde se pode escrever tudo. Portanto, da mesma maneira que, numa tábua, onde não há nada, o escritor pode escrever, e o pintor pintar aquilo que quer, desde que saiba da sua arte, assim também na mente humana, com a mesma facilidade, quem não ignora a arte de ensinar pode gravar a efígie de todas as coisas. E se isto não acontece, com toda a certeza que não é por culpa da tábua (excepto, uma ou outra vez, quando ela é demasiado rugosa), mas por ignorância do escrivão ou do pintor. Há, porém uma diferença; na tábua, não é possível traçar linhas senão até ao limite em que as margens o permitem, ao passo que, na mente, por mais que se escreva ou esculpa, nunca se encontra um sinal que indique o termo, pois (como atrás se observou), ela não tem termo.”

Assim, para ele, a criança é como uma tábua rasa, concepção presente também no pensamento de Gusmão, como veremos adiante.

Comênio continua sua analogia, ao comparar o cérebro humano à cera virgem, onde se podem imprimir quaisquer tipos de selos ou moldar qualquer imagem (*op. cit.*, p.107):

“Compara-se também, com razão, o nosso cérebro, oficina dos pensamentos, à cera, onde, ou se imprime um selo, ou de que se fazem estatuetas. Com efeito, da mesma maneira que a cera, adaptando-se a receber qualquer forma, se submete como se quer a tomar e a mudar de figura, assim também o cérebro, prestando-se a receber as imagens de todas as coisas, recebe em si tudo o que o universo contém”.

A concepção reformista também prioriza a criança: é ela o verdadeiro exemplo da perfeição cristã. Pura, sem pecado, sem os vícios e as corrupções do mundo. Para Comênio, é este o plano divino para todos os homens: que sejam como crianças. Dessa afirmação pode-se concluir a concepção que se tem da infância: a idade da pureza, da inocência. É o momento em que se pode facilmente educar, uma vez que os males ainda não se instalaram. O contrário se verifica na fase adulta, onde se constata a dificuldade de se abandonar um mau hábito. Isso não significa que Comênio não acredite na capacidade do homem de se regenerar, como deixa claro em sua obra (*op. cit.*, p.116):

“Fique, portanto, assente que é mais natural e, pela graça do Espírito Santo, mais fácil, que o homem se torne sábio, honesto e santo, do que a perversidade adventícia poder impedir o progresso. Com efeito, qualquer coisa regressa facilmente à sua natureza.”

Todavia, para que isso ocorra efetivamente, recomenda, à luz das Sagradas Escrituras, que os adultos imitem as crianças e ressalta que a reforma da sociedade e da Igreja deve ter início com elas.

Nesse sentido, as atitudes para com a criança foram se modificando, como por exemplo o gesto de cantar e embalar, ou ainda a preocupação com a transmissão da doutrina cristã ainda no período da infância. É muito interessante, no caso da Igreja Católica, observar o sentido que o próprio sacramento do

batismo adquiriu nesse momento, como declara Gusmão em sua obra (2004., p.95): *“O batismo consistia não somente num rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, mas uma forma de dar solenidade à entrada da criança nas estruturas familiares e sociais”*. A criança passa a ser reconhecida, desde o início como parte integrante da família e da sociedade.

Um outro aspecto destacado por Gusmão refere-se à inocência das crianças recém-nascidas. Era motivo de polêmicas em seu tempo a morte de bebês sem receberem o sacramento do batismo. A esta dúvida, Gusmão é categórico (*op. cit.*, p.107): *“...é certo e de fé, definido no concílio tridentino, que os meninos inocentes que morrem logo depois do batismo, sem terem uso da razão, vão logo direto ao céu, sem passarem pelo purgatório”*.

Todavia, o mesmo não se verifica quando se trata das crianças um pouco maiores (*op. cit.*, p.108):

“(...) Porém, não é certo que todos os meninos, depois que começam a falar e ter uso da razão, ainda que morram em mui tenra idade, se salvam todos; ou ao menos entrem no reino dos céus sem passar pelas penas do purgatório; porque, como na idade de discricção sejam já capazes de dolo, já são capazes de pecado e, por conseguinte, da pena do pecado”.

Essa fase, para Gusmão, tem início a partir dos sete anos. Orienta que, em caso de morte iminente, qualquer pessoa está apta a realizar o batismo, desde que saiba as palavras que devem ser pronunciadas. Um aspecto interessante é que em nenhum momento Gusmão utiliza o termo criança, mas apenas *“meninos”*; termo também usado nas cartas jesuítas.

Um outro avanço conseqüente dessa descoberta da infância e presente na obra de Gusmão foi a valorização do brincar enquanto característica específica da infância. Este lazer era marcado por diversos jogos e pelas músicas, por meio das quais as crianças indígenas eram fortemente atraídas pelos padres da Companhia (*op. cit.*, p.99):

“A participação em festa com música atraía crianças de todos os grupos sociais. Alegando procissões, enfeitados com carapuças cobertas de pedrarias e flores, animavam coreografias e cantos em homenagem a determinado santo da igreja católica ou em homenagem aos governadores recém-chegados de Portugal”.

Gusmão discute a questão das brincadeiras entre as crianças, considerando-as importantes para sua formação, pois as tira do ócio, que é para ele tão prejudicial ao espírito. Afirma ser necessário permitir às crianças que brinquem, uma vez que a brincadeira é natural da sua idade (*op. cit.*, p.284):

“É tão próprio e natural dos meninos o brincar e folgar que a mesma palavra latina puer, que, no vulgar, quer dizer menino, no hebraico soa brinco ou folgado; é tirar o natural dos rapazes proibir-lhes o brincar. (...) Assim que quero dizer que os brincos e jogos pueris são mui próprios e naturais aos meninos, usados de todas as nações, e os devem permitir os pais aos filhos meninos a seus tempos”.

Em seguida, dá alguns exemplos de jogos e brincadeiras adequados, bem como daqueles que são nocivos às crianças. Quanto a estes, adverte que podem levar à malícia, à desonestidade, à violência, ao vício e a toda sorte de males. Contudo, atenta para o fato de que os momentos de brincadeira devem ser limitados pelos pais e seguidos pelas crianças com disciplina.

Em outros momentos, Gusmão compara as crianças às flores de um jardim; em outros, a plantas tenras. Com isso, o jesuíta pretende concluir que as crianças necessitam de muito cuidado e vigilância, para que dêem bons frutos. Neste aspecto, o ensino assume extrema importância, uma vez que é por meio dele que se alcança o objetivo esperado, quando proporcionado no tempo certo, isto é, na infância. Neste sentido, a criança que não recebe um ensino de qualidade jamais

se tornará uma pessoa boa na idade adulta (*op. cit.*, p.27): *“assim a doutrina e boa criação se não ensina aos filhos a seu tempo, que é o da puerícia, não frutifica no tempo do verão da mocidade e muito menos no inverno da velhice”*.

A certeza de que a educação só é bem sucedida quando iniciada na puerícia é tão clara para Gusmão que ele chega a afirmar que o ensino que tem seu início na mocidade pode dar certo apenas por uma graça sobrenatural. Assim, ressalta aos pais que o que os filhos virão a ser quando adultos depende de como se dá hoje, na puerícia, a sua criação.

Comênio, por sua vez, vai além em suas reflexões e divide o desenvolvimento da criança em quatro fases (1957, p.337):

“...a primeira idade é a idade infantil, balbuciante, em que se aprende a falar de um modo qualquer; a segunda é a idade pueril, crescente, em que se aprende a falar com propriedade; a terceira idade é a idade juvenil, florida, em que se aprende a falar com elegância; a quarta é a idade viril, vigorosa, em que se aprende a falar com vigor”.

Ainda em se tratando da infância, Comênio refere-se à inteligência, classificando-a em seis tipos: as primeiras são aquelas inclinadas aos estudos e perfeitamente aptas para tal; as segundas, igualmente inclinadas, porém lentas, necessitadas de um auxílio maior; as terceiras, embora inclinadas como as demais, são demasiado duras e difíceis; o quarto grupo compõe-se das inteligências interessadas, mas lentas; o quinto compõe-se das inteligências desinteressadas e ao mesmo tempo lentas; e o último grupo refere-se àqueles de inteligência débil.

Entretanto, ao mesmo tempo em que distingue as inteligências, Comênio reafirma a igualdade existente entre cada uma delas, uma vez que todos os homens são destinados a um mesmo fim – a perfeição cristã. Salieta também que, apesar de serem diferentes, todos possuem a mesma natureza, devendo ser

estas diferenças amenizadas por uma boa educação, que faça retornar o equilíbrio natural das coisas.

Quanto ao comportamento apresentado pelas crianças, Gusmão distingue dois grandes grupos: as de má condição e as de boa condição. Com relação à má condição, esta pode ser resultante de três aspectos, a saber, o mau entendimento, a má vontade ou ambos ao mesmo tempo, que é considerado por ele o caso mais complicado. Com o intuito de auxiliar os pais na educação de seus filhos, Gusmão aconselha-os da seguinte maneira (2004, p.114):

“Quanto aos primeiros, que são de juízo duro, não são fáceis de doutrinar; porque como se não vencem facilmente com a razão, dificilmente se dirigem. (...) Os segundos, que são da vontade dura, e que, de ordinário, são os que chama de má condição, não são tão dificultosos de domar, se eles tem bom juízo; porque, fazendo-se capazes de razão, se fazem capazes de doutrina. (...) Outros que são de pior condição, são que não somente são de mau entendimento, mas também de má e rebelde vontade, inclinados ao mal e dificultosos para todo o bem. Estes, se lhe falta a disciplina e correção enquanto meninos, de ordinário, se fazem em mancebos incorrigíveis e vêm a ser monstros nos vícios e escândalo das cidades”.

O jesuíta conclui afirmando que, apesar das dificuldades, não há criança que não se possa disciplinar e corrigir, contanto que isso seja feito ainda na infância. Nesse sentido, adverte aos pais inúmeras vezes que o conhecimento adquirido na infância será mantido por toda a vida. A educação e a doutrina dada na puerícia é que vai guiar toda a vida do indivíduo. Para convencer seus leitores, Gusmão utiliza-se de trechos bíblicos e de conselhos de filósofos, como Sêneca e Platão. Os argumentos utilizados por ele são dois: a primeira é a facilidade que se tem de ensinar ainda na puerícia; a segunda, que a doutrina pode ser melhor conservada na infância do que na idade adulta.

Com relação à primeira razão, o padre retoma a concepção de criança inicialmente exposta, comparando-a também à cera branda e ao metal derretido, que se pode moldar facilmente. Quanto à segunda, reafirma que tudo o que se adquire na puerícia não se perde, que se trate de virtude, quer de vícios. Com o intuito de ilustrar melhor suas afirmações, lança mão de uma analogia muito interessante: compara a doutrina recebida na puerícia à tinta com que se tingem as roupas pela primeira vez. Assim como esta dificilmente perderá a cor com que primeiro foi tingida, o mesmo será com aquele que recebe a doutrina logo na puerícia.

Assim como Gusmão, Comênio elenca seis motivos pelos quais o homem deve ser formado logo em sua infância: o risco da morte prematura; a necessidade humana de fazer e não somente de aprender; a facilidade de aprender enquanto se é jovem; a finalidade do período da juventude que, segundo Comênio, foi destinada por Deus como o momento específico para se aprender, pois aquilo que primeiramente se imprime na alma humana, isto é o que permanece – donde se conclui a importância de educar a criança antes que os maus costumes nela penetrem; e, finalmente, porque a falta de uma boa formação desde cedo constitui-se num enorme risco para a salvação da alma e o bem da sociedade. Por isso, ele apela constantemente aos pais, ao governo e à Igreja para que não meçam esforços no sentido de viabilizar a educação desde os primeiros anos.

Dessa forma, para Gusmão, é imprescindível que a criança receba uma boa formação, pois é dessa formação que depende o êxito não só da família, mas também da república e de toda a sociedade. Convém ressaltar que o tipo de educação a que ele se refere é aquela realizada no âmbito familiar. A educação escolarizada surge como um complemento ao trabalho desenvolvido pelas famílias.

Saindo do âmbito estritamente familiar, Gusmão apresenta a relevância da boa criação para toda a república. Ele afirma que mesmo uma república que estivesse perdida nos maus costumes poderia ser transformada, se as crianças fossem bem instruídas: *“assim na república depravada esteve o remédio na boa criação da puerícia, que é a semente da república”* (2004, p.38). Assim, por meio

de uma boa educação, poderão as crianças tornar-se cidadãos melhores e, conseqüentemente, melhorar a república da qual fazem parte.

Essa afirmação de Gusmão faz lembrar toda a metodologia do trabalho de evangelização jesuítico, que visava atingir o adulto por meio da criança. De fato, os jesuítas trouxeram uma nova visão da criança, valorizando esse período da vida humana antes tão ignorado. A criança assume, na ótica jesuítica, uma posição de destaque, pois é por meio delas – e da educação que a elas se destina – que as mudanças ocorrerão na sociedade.

No caso de Comênio, aprender faz parte da natureza do homem da mesma forma que o corpo está preparado para o trabalho. E esse aprendizado torna-se ainda mais necessário na sociedade em que vivia Comênio, em sua atualidade, onde as corrupções e os maus hábitos tinham a predominância. Uma verdadeira educação: a única solução encontrada por Comênio para uma reforma social; somente por meio dela é que a verdadeira essência do homem poderia desabrochar. Convém ressaltar que esta educação proposta por Comênio refere-se à escolarização propriamente dita, diferentemente de Gusmão, que volta-se mais à educação no âmbito familiar.

4.2. Família

A família é um aspecto muito interessante a ser analisado, uma vez que há muitas diferenças entre Comênio e Gusmão, no que se refere ao tratamento dado a ela.

A obra de Alexandre de Gusmão, aqui analisada, é permeada, do início ao fim, pelo cuidado com as famílias. Estas são, para ele, a base segura para a construção da fé e para a boa educação. Logo, recorre incontáveis vezes aos pais, exortando-os a zelarem pela boa criação de seus filhos desde o tempo da puerícia. Como recorrente em sua obra, utiliza-se de analogias para mostrar quão preciosos são os filhos e quão grande é o valor de cada um quando comparado aos bens materiais (2004, p. 22):

“Pérolas são e diamantes são os filhos que Deus vos deu; pois se vós pondeis tanta indústria em lavar o vidro falso, quanta mais deveis pôr em lavar o diamante fino? Quer dizer, se vós pondeis tanto cuidado em buscar as coisas que menos importam, qual é a fazenda, quanto mais deveis pôr nas que são de maior importância, quais são os filhos? (...) Digo que deve considerar o pai de famílias seus filhos como pedras preciosas de maior estimação que as esmeraldas e que os diamantes...”

No que se refere à família, não são muitos os momentos em que Comênio volta-se explicitamente a este tipo de formação, ao contrário de Gusmão. Entretanto, quando o faz, afirma seguramente: os pais são constituídos por Deus como educadores de seus filhos. Da mesma forma que lhes deram a vida, devem cuidar da sua formação.

Neste sentido, a boa criação – que para Gusmão é sinônimo de “educação” – constitui-se, no âmbito familiar, um orgulho para os pais. Afirma que lhes é mais glorioso dar ao filho a boa criação do que dar a vida, uma vez que, pela boa educação do filho, cuida-se antecipadamente de toda a geração que se seguirá (*op. cit.*, p. 32): *“É tal o gozo, tal a glória, que os pais recebem pela glória, pelo aumento de seus filhos, que têm por maior benefício a glória que deles recebem, que o ser natural que lhes deram”*.

É interessante notar a forma como o jesuíta considera a educação das crianças: para ele, a boa educação diz respeito à formação espiritual. Isso se verifica quando, ao se referir à criação dos filhos, Gusmão distingue dois grandes aspectos – o corporal e o espiritual – atrelando ao segundo a questão da educação, conforme se pode ler (*op. cit.*, p. 43):

“Primeiramente, assim como são obrigados os pais, por lei da natureza, buscar aos filhos o devido alimento corporal para a vida do corpo; assim, por lei divina e natural, estão obrigados a procurar o alimento espiritual para a vida das almas dos mesmos filhos. De

tudo o sobredito se colhe quão grave pecado seja, e de quão perniciosas conseqüências, o grave descuido dos pais negligentes na boa educação dos filhos”.

Por meio deste excerto pode-se observar também que Gusmão coloca a educação como dever da família unicamente, considerando o descuido desta educação como um erro imperdoável, chegando a ser, muitas vezes, redundante em suas afirmações (*op. cit.*, p.47):

“Saibam, pois, sua obrigação estreitíssima e o grave pecado que cometem com sua negligência e a conta que a Deus hão de dar dos filhos que lhes deu, se, por sua culpa, [os filhos] se perderem, para que ponham todo o cuidado em os criar bem”.

Para o jesuíta, a boa criação tem início logo após o nascimento do filho, quando os pais o consagram a Nossa Senhora, pois por meio desta consagração obtêm para a criança que acaba de nascer a proteção e as luzes para que caminhe de modo correto por toda a vida. Mescla-se aqui educação e devoção, que são consideradas complementares. Assim, de nada bastaria a educação racional se esta não viesse acompanhada pela fé, pelas bênçãos de Deus. O mesmo valor é atribuído ao batismo, porém este é considerado apenas pela ótica espiritual, como a condição primeira para tornar-se membro da Igreja, alcançar o perdão dos pecados e a salvação eterna. Por este motivo, devem os pais batizar seus filhos logo que nascem, para que a criança não corra o risco de morrer sem o batismo e perder a sua salvação. Com igual cuidado devem proceder na escolha do nome da criança e de seus padrinhos, escolhendo nomes que indiquem a devoção dos pais e padrinhos que sejam capazes de ser exemplos de fé aos seus afilhados.

Outra questão levantada por Gusmão refere-se ao cuidado que os pais devem ter em proteger seus filhos das “bruxas”, revestindo-os de objetos sagrados para espantá-las, como imagens de santos e água benta. Isso reflete uma mistura

de religião com a cultura e as credences populares da época. Exorta os pais a terem cuidado também nas palavras que dirigem aos filhos. Que sejam apenas palavras de bênçãos e jamais de maldições. Faz uma crítica às mães que, ao mesmo tempo em que ensinam aos seus filhos a doutrina, os amaldiçoam. Com isso, afirma o jesuíta, estão consagrando seus filhos a Deus e ao demônio, afastando-os da salvação. Aconselha-as a abençoá-los sempre em todas as circunstâncias.

Um aspecto muito interessante discutido pelo missionário refere-se à amamentação. De fato, a ênfase ao aleitamento materno acentuou-se em meados do século XVII. Isso se deve ao fato de que era costume na cultura africana a introdução de alimentos sólidos logo nos primeiros meses de vida das crianças, o que provocava muitas mortes infantis, uma vez que às escravas africanas era incumbido o cuidado das crianças, como declara Priore em “História das Crianças no Brasil” (2002, p.88):

“... o critério não era alimentá-la, mas dar-lhe de comer! Contudo, os jovens intestinos ainda preguiçosos e os diminutos estômagos despreparados para receber tantos alimentos grosseiros ou viscosos incentivavam a gastroenterite a cobrar alta porcentagem de pequenas vidas no primeiro ano”.

Gusmão, diante do quadro acima exposto, mostra-se favorável ao aleitamento materno e reconhece em sua obra a importância da criança ser alimentada pelo leite da própria mãe (2004, p.145):

“Não é pouca importância para a boa criação dos meninos serem criados aos peitos de suas próprias mães, porque a experiência tem mostrado que estes saem melhores nos costumes que os que são entregues às amas ou escrava. Não faltam doutores que sentem terem as mães obrigação de preceito, criar os filhos que geraram a seus peitos, porque a mesma obrigação que têm os pais

de alimentar os filhos com o suor do rosto, têm as mães de os alimentar com o leite do peito; e como a obrigação dos pais é grave, assim o é também a das mães”.

Esta preferência pelo leite materno é justificada por Gusmão pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, porque o leite materno provém do mesmo sangue com o qual a criança foi nutrida durante sua gestação e por esse motivo torna-a mais forte e resistente às doenças; segundo, porque para ele é através do leite que se transmitem as boas ou más inclinações daquela que amamenta; terceiro, porque é para amamentar que os seios produzem leite; quarto, porque estabelece uma relação de afeto maior entre mãe e filho. Contudo, o padre também fala sobre a necessidade de uma boa escolha da ama de leite, no caso das mães que não puderem amamentar, aconselhando-as (*op. cit.*, p.151):

“Devem pois as mães fazer muito por criar seus filhos a seus peitos e, quando por justas causas não possam, devem escolher para isso tais amas que se tenham por bem afortunados os meninos e, por bem aventurados os peitos, que lhes deram de mamar; e não sejam, pelo contrario, tais que lhes quadre a exclamação de Cristo, Senhor Nosso, daqueles calamitosos tempos em que serão bem-aventurados os ventres que não geraram e os peitos que não deram de mamar”.

Partindo para questões mais minuciosas pertinentes à criação dos filhos, Gusmão questiona seus leitores sobre a função específica exercida pelo pai e pela mãe no seio da família. Quem é mais responsável pela educação dos filhos, o pai ou a mãe? Qual é o dever de cada um dos esposos para com os filhos? A estes questionamentos, ele responde (*op. cit.*, p.67): *“Não há dúvida que é de ambos a obrigação, porém, com esta distinção, que o pai está mais obrigado à correção e a mãe à direção”.* Dessa forma, no início da puerícia cabe à mãe, em primeiro lugar, ensinar seus filhos, pelo fato de terem elas gerado os filhos e por terem mais

tempo junto a eles do que os pais, o que lhes garante mais momentos destinados ao ensino e à repreensão, em uma idade em que os filhos estão muito abertos e receptivos à instrução. Por este motivo a infância é considerada como a fase ideal para a formação do caráter e dos bons costumes e é justamente neste momento que a mãe tem maior proximidade com o filho do que o pai. Cabe a ela, portanto, zelar pela boa formação de seus filhos (*op. cit.*, p.70):

“Donde se vê a obrigação maior que ocorre às mães de criar bem os filhos, enquanto são meninos; porque, depois de chegarem à idade juvenil, mais necessitam da disciplina e correção do pai, a qual será muito suave se, na puerícia, forem bem dispostos pelas mães”.

Sobre o conteúdo da educação que deve ser oferecida às crianças, o padre critica severamente aqueles pais que se preocupam com os cuidados mundanos, com a aparência de seus filhos em detrimento das coisas espirituais. Em contrapartida, coloca como fundamento de uma boa educação a piedade, a devoção e os princípios básicos da doutrina cristã, bem como os mistérios da fé e a vida sacramental (*op. cit.*, p.153):

“Em que coisas principalmente se devem instruir, nesse tempo, os meninos? A primeira e principal coisa é a notícia de Deus e mistérios principais de nossa fé, de sorte que, com a luz da razão, lhes nasça juntamente o conhecimento do Criador”.

Uma outra questão relevante na obra de Gusmão refere-se ao modo com que se deve educar: como corrigir, em que momentos, por quantas vezes... Gusmão, tratando deste ponto, dirige-se aos pais e aos mestres, recomendando-lhes que se utilizem, em primeira instância, da palavra, do diálogo, das repreensões verbais e somente quando estes não surtirem efeito recorram ao castigo físico. Em outros momentos, porém, chega a afirmar que não há boa

educação sem castigo (*op. cit.*, p.241): *“De sorte que, todas as vezes que o Espírito Santo encomenda aos pais o ensino dos filhos, lhes encarece o meio do açoite e castigo, insinuando claramente que não pode haver, sem açoite, boa criação nos meninos”*. Desse modo, apenas palavras não são suficientes para corrigir: o castigo aplicado hoje evitará muitos males futuros. Assim, os bons pais reconhecem no castigo uma oportunidade de crescimento e amadurecimento para seus filhos. Nesta questão, incumbe ao pai a tarefa de castigar, ao passo que à mãe cabe o ensino da doutrina (*op. cit.*, p.246):

“... as mães, como mais tenras, têm mais necessidade que lhes encomendem, que se ajudem na doutrina dos filhos, do estímulo do rigor; e os pais, como mais severos, têm mais necessidade, os advertam, se valham, nos castigos dos filhos, do óleo da brandura”.

Um avanço pode ser notado no pensamento de Gusmão, ao ressaltar que pais e mestres devem considerar que as crianças não são iguais e que, portanto, cada uma reage melhor a um tipo de educação. Contudo, quando for inútil qualquer esforço, quando nem palavras nem castigos derem bons resultados, Gusmão é categórico (*op. cit.*, p.118): *“filho que não aproveita nem dá esperanças de emenda com a boa criação, o largue da mão, para que busque sua vida, e, se se perder, não perca consigo os demais”*.

Aspecto fundamental na boa educação dos filhos, a escolha de boas companhias é amplamente discutida por Gusmão. Destaca a fragilidade do indivíduo na idade da puerícia, fase em que está susceptível a qualquer tipo de influência, advertindo aos pais para que estejam atentos às companhias de seus filhos e às amas que para eles são escolhidas, pois de nada vale uma criança bem criada entre más influências (*op. cit.*, p.200): *“Pelo qual devem os pais ter muito cuidado na escolha dos meninos com quem tratam, e na eleição dos criados com quem se servem os filhos, enquanto são meninos, que sejam tais quais querem que sejam os seus próprios”*.

Comênio, na “Didática Magna”, também alerta para os riscos a que as crianças estão submetidas, recomendando que as mantenham afastadas de tudo o que pode vir a ser para elas ocasião de desvio, como “... *as más companhias, as conversas grosseiras, as leituras frívolas e fúteis (...) e, finalmente, a ociosidade, para que as crianças, estando sem fazer nada, não aprendam a fazer mal...*” (1957, p.350). E alerta para o risco que os jovens correm com as más companhias. Nesse sentido, destaca a importância dos bons exemplos na formação do indivíduo (*op. cit.*, p. 349): “*Os pais, as mães, os professores e os discípulos dêem exemplos de vida disciplinada, que, como faróis, brilhem sempre diante das crianças*”. Conclui sua reflexão acerca da importante tarefa dos pais da seguinte forma (*op. cit.*, p. 470):

“Por isso, vós, caríssimos pais, a cuja fé Deus confiou preciosíssimos tesouros, as suas pequeninas imagens vivas, enquanto ouvís que se discutem estes salutares projectos, inflamai-vos de zelo e nunca cesseis de rogar ao Deus dos deuses pelo feliz sucesso da nossa empresa; insisti com as vossas súplicas, como os vossos votos, com os vossos sufrágios e as vossas solicitações junto dos magnates e das pessoas instruídas; entretanto, educai os vossos filhos no temor de Deus, preparando assim dignamente o caminho para aquela cultura mais universal.”

Complementando esta questão, Gusmão trata da liberdade que os pais dão aos filhos enquanto ainda são crianças. Nesta fase, é necessário para a criança viver sob a orientação e os cuidados do adulto, uma vez que ela não possui a autonomia necessária para fazer as próprias escolhas; a liberdade, neste caso, é para ela prejudicial (2004, p.207):

“Os pais, que largam as rédeas aos filhos meninos ou lhes dão asas para voar; isto é que lhes largam as rédeas de seus

apetites ou lhes dão azos de lançarem mão da liberdade, ordinariamente os perdem e vêem deles tristes e desastrados fins”.

Dessa forma, o padre adverte aos pais que disciplinem seus filhos enquanto é possível, pois depois que crescem, tornam-se duros e indisciplinados. Adverte em especial as mães, para que não amoleçam no cuidado com os filhos e que tratem-nos com rigor, evitando toda espécie de mimos. Segundo ele, o mimo é freqüentemente confundido com amor, o que constitui-se um fator prejudicial na formação da criança, uma vez que esta pode tornar-se uma pessoa frágil, indisciplinada, sem limites e, no pior dos casos, desonesta. Efeito contrário produz o amor (*op. cit.*, p.211): *“Criar, pois, os meninos com amor é criá-los querendo-lhes e aplicando-lhes os meios convenientes para seu bem; porque amar não é outra coisa senão querer bem o pai, que maior bem quer ao filho, esse é o que o ama mais”.* Nesse sentido, o missionário preza por uma educação equilibrada, que envolva amor e rigor, de forma solícita, vigilante e sensata, tratando a todos os filhos de maneira igual. Com relação ao cuidado com os filhos, faz uma analogia entre o pai de família e o pastor: assim como o pastor cuida de suas ovelhas deve o pai cuidar de seus filhos. Dessa forma, será possível fazer dos filhos verdadeiros santos, como deixa bem claro neste excerto (*op. cit.*, p.259):

“Quereis vós levantar estátuas e colocar sobre os altares vossos filhos com mais bem ordenado amor, criai-os bem no amor e temor santo de Deus, nos louváveis costumes e virtudes santas enquanto são meninos, e nisto se ocupe todo vosso amor de pai, que vós os colocareis nos altares e fareis santos”.

Entretanto, Gusmão ressalta que, assim como a boa criação, a má criação também traz consigo as suas conseqüências: da mesma forma que o pai que cria bem seus filhos recebe o prêmio e a recompensa devida, aquele que o faz de modo contrário atrai sobre si o castigo. Continua afirmando que as conseqüências da má criação atingem não apenas a família, mas se refletem também em toda a

sociedade, pois um indivíduo privado de uma boa educação não será jamais um bom cidadão (*op. cit.*, p.39):

“Se vós não encaminhastes vosso filhos, no princípio de suas vidas, pelos direitos caminhos da política cristã nem os formastes pelo debuxo dos filhos honrados, senão que os criastes com ditames torcidos e pestíferas doutrinas, que cidadãos ou que repúblicos esperais que saiam?”

Em outros momentos, Gusmão trata diretamente dos castigos impostos por Deus nesta e na outra vida aos pais que descuidarem da educação de seus filhos. Com relação aos castigos desta vida, afirma que o principal instrumento do castigo dos pais será o próprio filho. Primeiramente, pelo fato de que os filhos retribuirão aos pais o que deles receberam; em segundo lugar, Deus poderá, como castigo aos pais, tirar a vida de seus filhos com mortes violentas, fazendo com que os pais sofram de modo extremo. Todavia, tais sofrimentos não se comparam em nada ao que lhes aguarda na outra vida, onde padecerão muito mais, seja eternamente no inferno, ou mesmo na aflição do purgatório, quando cairão no esquecimento por parte de seus filhos, que não os auxiliarão com suas orações a se livrar dos tormentos do purgatório, fazendo com que eles lá permaneçam.

Da mesma forma como relata cruelmente os castigos de Deus, destaca também as bênçãos por Ele derramadas sobre todos os pais que se empenharem na boa educação de seus filhos. A primeira e maior conseqüência da boa criação é que, por meio dela, os pais tornarão possível a salvação da alma dos seus filhos e, conseqüentemente, de si mesmos; quanto aos filhos que morrerem ainda na puerícia, estes tornar-se-ão intercessores de seus pais no céu, o que deve ser motivo de júbilo para os mesmos. Conclui dizendo (*op. cit.*, p. 65):

“Persuadam-se os pais de famílias que nenhuma coisa podem fazer a Deus mais agradável e que melhor lhes haja de pagar, nesta e na outra vida, que o cuidado na boa criação dos filhos, enquanto

meninos, e governar sua família pelos ditames da razão; porque, ainda que todas as mais obras de piedade lhe sejam muito agradáveis, nenhuma lhe agrada tanto como este santo e diligente cuidado”.

4.3. Escola e disciplina

Comênio define didática como a “*arte de ensinar*” (1957, p.45). Logo, o título “*Didactica Magna*” refere-se a um método de ensino especial ou, como ele afirma inúmeras vezes, “*universal*”. Para melhor defini-la, faz uma analogia com a tipografia (*op. cit.*, p.458):

“Na Didacografia (agrada-me usar esta palavra), as coisas passam-se precisamente da mesma maneira. O papel são os alunos, em cujos espíritos devem ser impressos os caracteres das ciências. Os tipos são os livros didáticos e todos os outros instrumentos propositadamente preparados para que, com a sua ajuda, as coisas a aprender se imprimam nas mentes com pouca fadiga. A tinta é a viva voz do professor que transfere o significado das coisas, dos livros para as mentes dos alunos. O prelo é a disciplina escolar que a todos dispõe e impele para se embeberem dos ensinamentos”.

O ensino, para ele, deve ser fundamentado nos princípios da natureza, embasado em exemplos e organizado minuciosamente. Nesse sentido, faz uma crítica às instituições de ensino que existiam até o momento, extremamente falhas e rigorosas. Assim, pode-se observar que Comênio faz uma análise estrutural da escola, enquanto instituição; Gusmão não adentra este campo.

Sob a ótica jesuítica, a questão da educação é de tamanha relevância para Gusmão que ele dedica um capítulo inteiro de seu livro para relatar sua evolução na história da sociedade (2004, p.125):

“É de tanta importância a boa criação dos filhos na idade da puerícia que, em todas as idades do mundo, os filósofos em seus livros, os magistrados em suas repúblicas, e a Igreja em seus concílios a procuraram sempre estabelecer, o que não fariam com tão encarecidas palavras se não vissem e experimentassem sua importância”.

Partindo dessa introdução relata como a educação na idade da puerícia foi concebida no decorrer da história ocidental, passando pelos povos antigos, como gregos, persas, lacedemônios, até chegar à Igreja Católica, relatando alguns de seus concílios, dentre os quais se destaca o Concílio Lateranense, onde foi confirmada a necessidade dos mestres e de que estes recebessem um salário por sua função. A partir de então, surgem os mestres-escola, que passam a trabalhar nas catedrais. Gusmão deixa explícito também, na história da Igreja, a relação íntima entre infância e escola, quando ressalta (*op. cit.*, p.126):

“São Dionísio Areopagita afirma ser ordenação apostólica que os meninos se batizassem pouco depois do nascimento a fim de que, logo desde os primeiros dias, mamassem com o leite os preceitos da fé em que renasciam pelo batismo para Cristo. A este fim, nos princípios da Igreja, se escolhiam os homens mais eminentes para mestres e catequistas da puerícia, os quais, em públicas escolas, lhes ensinavam os primeiros rudimentos da fé”.

Com relação à melhor forma de educar, Gusmão cita o exemplo dos reis da Antiguidade, que escolhiam os melhores mestres para que ensinassem seus filhos. Em seguida, faz inúmeros relatos de casos, com o objetivo de mostrar que a educação é o grande diferencial na formação do indivíduo. Ressalta também a importância da Sagrada Escritura, uma vez que nela estão contidos diversos ensinamentos dados por Deus aos homens.

Para o jesuíta, assim como uma pedra rústica pode ser lapidada e tornar-se uma jóia de grande valor, a criança também pode ser moldada por meio do ensino. Nesse sentido, a educação é útil não só para aquele que aprende, mas também para a família e para a República. A educação assume, assim, o papel de formar bons cidadãos para a república. Ela traz consigo inúmeros benefícios, tanto para a vida temporal quanto para a espiritual.

Nesse sentido, é lastimável para Gusmão o indivíduo que não recebeu uma boa criação, como afirma em sua obra (*op. cit.*, p.29): *“Que coisa é um filho sem criação enquanto menino? Pouco difere de qualquer animalzinho no trato e conversação humana.(...). Quis dizer que o mínimo sem ensino é como uma pedra tosca sem razão”*. Com relação aos termos utilizados por Gusmão, em sua obra pode-se encontrar alguns muito peculiares à educação, como *“escola”*, *“mestre”* e *“pedagogo”*. Primeiramente, ele utiliza tais termos quando se refere à educação dos príncipes (*op. cit.*, p. 40):

“Todos os que se ocupam em escrever políticas de príncipes, seu principal assunto é formar desde menino o príncipe pelas regras de Cristo e ditames da razão, mostrando como seus mestres e pedagogos os devem procurar desde aquela primeira idade, afastar de todo o vício e inclinar a toda virtude, para poderem ser depois regra e modelo a toda a república”.

A sociedade: esta é uma das maiores preocupações de Comênio. Discutindo sobre sua época, lamenta-se pelo fato de que os homens encontram-se corrompidos, manchados pelos maus costumes e atenta para o fato de que esta situação só poderá ser revertida por meio de uma boa formação da juventude. Dessa maneira, a educação encontra sua principal finalidade: preservar a juventude das corrupções do mundo. A preocupação de Comênio mostra-se de forma clara em sua crítica aos pais e mestres que não se preocupam suficientemente em incutir os bons costumes em seus filhos e alunos, atribuindo a suas atitudes o estado deplorável das pessoas de sua época.

Para combater o mal que atinge o gênero humano, o autor apela aos governantes e aos ministros da Igreja e afirma que o melhor momento para intervir na formação do ser humano é no período da infância. Do mesmo modo, a melhor forma de intervir seria por intermédio da organização das escolas. Assim, o homem só se tornará verdadeiramente homem pela educação, pois somente ela fará germinar as sementes que se encontram em seu interior e que o formarão como tal. E conclui (1957, p.125):

Fique, portanto, assente que a todos aqueles que nasceram homens é necessária a educação, porque é necessário que sejam homens, não animais ferozes, nem animais brutos, nem troncos inertes. Daí se segue também que, quanto mais alguém é educado, mais se eleva acima dos outros.

Mas a quem é atribuído o dever de educar? Para Comênio essa tarefa é, primeiramente, atribuída aos pais, como já discutimos anteriormente. Todavia, nem todos podem cuidar pessoalmente da formação de cada um de seus filhos. Logo, para auxiliar os pais nesse trabalho de educar surgem os mestres. Estes deveriam ensinar em lugares próprios para essa finalidade, que passaram a ser chamados de escolas. Após discorrer sobre a origem e o desenvolvimento das instituições escolares no decorrer da história, Comênio conclui que estas são de suma importância na formação da juventude, devido à ordem natural das coisas, à necessidade e à utilidade das escolas, uma vez que estas favorecem a interação com as demais crianças, educando umas através do exemplo das outras.

Finalmente, no que se refere a quem deve se destinar a educação, Comênio é categórico: a educação deve ser para todos, sem distinção (*op. cit.*, p.124):

Que são os ricos sem sabedoria senão porcos engordados com farelo? Que são os pobres sem compreensão das coisas senão burros condenados a transportar a carga? (...) Que devem ser

enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas, em todas as cidades, aldeias e casais isolados.

As razões de sua afirmação residem no fato de que todos são iguais perante Deus e, conseqüentemente, devem ser de igual modo preparados para exercer a sua futura vocação, até mesmo aqueles que possuem uma maior dificuldade para aprender e se desenvolver.

Uma particularidade no pensamento de Comênio, que pode ser considerada um avanço não só para a educação, mas para toda a sociedade, é a igualdade de oportunidades que ele propõe ao sexo feminino. Este avanço no campo educacional já havia sido prenunciado por Lutero, como afirma Manacorda ao tratar dos princípios da pedagogia reformista (1999, p. 197):

“Mas o acento é colocado especialmente na utilidade social da instrução, destinada a formar homens capazes de governar o Estado e mulheres capazes de dirigir a casa, segundo uma divisão do trabalho entre os sexos, divisão que, embora” não revolucionária, pelo menos é realista”.

Comênio, ao tratar da educação para o sexo feminino, eleva a condição da mulher, garantindo-lhe o mesmo grau de instrução até então reservado apenas aos homens. Logicamente, ele também alerta para o cuidado necessário para com a formação das mulheres, quanto às obras utilizadas na sua formação – que devem contribuir para o desenvolvimento das virtudes (1957, p.142), a fim de que

“as mulheres sejam instruídas, não para a curiosidade, mas para a honestidade e para a beatitude. Sobretudo naquelas coisas que a elas importa saber e que podem contribuir quer para administrar dignamente a vida familiar, quer para promover a sua própria salvação, a do marido, dos filhos e de toda a família”.

Este aspecto também é discutido por Gusmão. Embora seja tratado apenas no último capítulo de sua obra, é interessante notar que constitui-se também uma preocupação da Companhia de Jesus. Como devem ser educadas as meninas? A educação deve ser oferecida da mesma forma como o é para os meninos? Qual a finalidade da educação feminina?

A primeira característica da formação das meninas elencada por Gusmão é o recolhimento: as meninas devem ser tratadas com muita vigilância e cuidado. O ensino de meninas deve ser pautado nos valores, dentre os quais destaca-se a pureza. A vocação religiosa entre as mulheres é vista como motivo de imenso júbilo para os seus pais, o que não se verifica com relação ao casamento. Com relação ao ensino das artes liberais, Gusmão é bem claro (2004, p.296):

“Do qual consta que não só é conveniente mas mui louvável ensinar as boas artes às filhas desde meninas; ao menos o ler e escrever devem aprender todas, e, as que se criam para religiosas devem aprender alguns princípios da língua latina”.

Segundo Comênio, a escola ideal é aquela que prepara o homem de forma completa, oferecendo os conhecimentos necessários para esta e para a outra vida (1957, p.155):

Chamo escola perfeitamente correspondente ao seu fim aquela que é uma verdadeira oficina de homens, isto é, onde as mentes dos alunos sejam mergulhadas no fulgor da sabedoria, para que penetrem prontamente em todas as coisas manifestas e ocultas. As almas e as inclinações da alma sejam dirigidas para a harmonia universal das virtudes, e os corações sejam trespasados e inebriados de amores divinos, de tal maneira que, já na terra, se habituem a viver uma vida celeste todos aqueles que, para se embeberem de verdadeira sabedoria, são enviados às escolas

cristãs. Numa palavra: onde absolutamente tudo seja ensinado absolutamente a todos”.

Apresenta, como fundamento, o ideal de educação propugnado por Lutero: a instituição de escolas em todos os lugares, destinadas a ambos os sexos, que ensinassem as letras, a moral e a religião, por meio de um método fácil e agradável. Mas, em seguida, lamenta-se pelo fato de que este ideal permanece até então no papel, uma vez que não há escola alguma que proceda desta forma. Nesse sentido, inicia uma série de críticas veementes contra as escolas existentes.

O primeiro aspecto abordado por Comênio refere-se à distinção de classes. Apenas os mais abastados tinham acesso à educação, como vemos neste excerto (*op. cit.*, p.157):

“E, onde existem [as escolas], não são indistintamente para todos, mas apenas para alguns, ou seja, para os ricos, porque, sendo dispendiosas, nelas não são admitidos os mais pobres, salvo nos casos raros, ou seja, quando alguém faz uma obra de misericórdia. No entanto, é provável que, de entre os pobres, inteligências muitas vezes excelentes passem a vida e morram sem poder instruir-se, com grave dano para a Igreja e para o Estado.

Uma outra questão refere-se ao excesso de rigidez predominante em todas as escolas (*op. cit.*, p.157):

“Além disso, na educação da juventude, usou-se quase sempre um método tão duro que as escolas são consideradas como os espantalhos das crianças, ou as câmaras de tortura das inteligências. Por isso, a maior e a melhor parte dos alunos, aborrecidos com as ciências e com os livros, preferem encaminhar-

se para as oficinas dos artesões, ou para qualquer outro gênero de vida”.

A cultura superficial e anacrônica ensinada aos alunos constitui o objeto da terceira crítica de Comênio. Segundo ele, ela é a principal responsável por formar homens preocupados apenas com as coisas do mundo, alheios às do espírito. As escolas têm se preocupado apenas com a mente, deixando em segundo plano o cuidado da alma (*op. cit.*, p.157):

Àqueles que ficam na escola (...), ministra-se uma cultura, é certo, mas sem a seriedade e a prudência necessárias, anacrônica e má sob todos os aspectos. Efectivamente, aquilo que sobretudo se devia implantar na alma dos jovens, isto é, a piedade e a moralidade, descarta-se de modo particular. E afirmo que estas duas coisas, em todas as escolas (mesmo nas Universidades, que deviam ser o ponto mais alto da cultura humana), têm sido as mais descuidadas, e, em consequência disso, a maioria das vezes, saem de lá, em vez de cordeiros mansos, ferozes burros selvagens e mulos indômitos e petulantes; e, em vez de uma índole modelada pela virtude, trazem de lá um conjunto de boas maneiras que de moral têm apenas o verniz, e os olhos, as mãos e os pés adestrados para as vaidades mundanas. E há ainda alguém que possa defender o estado das escolas?”

A disciplina ocupa um papel fundamental na proposta de Comênio, tanto que ele destina o 27º capítulo de sua obra para tratar somente desta questão. Inicialmente, faz uma crítica ao modo como a disciplina é vista na escola. Esta verifica-se por meio de agressões e castigos, estando longe de desempenhar a função que deveria (*op. cit.*, p. 401):

“Efectivamente, assim como se se tira a água ao moínho, ele pára necessàriamente, assim também, se na escola falta a disciplina, tudo afrouxa (...). Daqui não se segue que a escola deva estar cheia de gritos, de pancadas e de varas, mas cheia de vigilância e de atenção, da parte dos professores e da parte dos alunos. Com efeito, que é a disciplina senão um processo adequado de tornar os discípulos verdadeiramente discípulos?”

Para o autor, é impossível haver uma escola de qualidade sem disciplina, porém esta deve ser considerada de maneira diferente. A disciplina tem a função de educar os alunos, de contribuir para que eles desenvolvam em si os bons costumes (*op. cit.*, p. 402):

“Deve, por isso, aplicar-se a disciplina sem paixão, sem ira e sem ódio, com tal candura e tal sinceridade, que aquele mesmo a quem a aplicamos se aperceba de que a pena disciplinar se lhe aplica para seu bem e que é ditada pelo afecto paterno que lhe dedicam aqueles que o dirigem, e por isso a deve receber com o mesmo ânimo com que costuma tomar os remédios receitados pelo médico”.

No contexto jesuítico, os castigos infantis, questão amplamente discutida e defendida por Gusmão em sua obra, foi um costume introduzido pela Companhia de Jesus no século XVI. Até então, isso não havia no Brasil, uma vez que não fazia parte dos costumes indígenas. O tema correção é apresentado por Gusmão quando se refere ao ambiente escolar. Nesse sentido, o castigo dado na escola é considerado por ele de maior utilidade do que aquele dado pelos pais em casa (2004, p.238):

“Saudáveis são os açoites que em vossas casas dais a vossos filhos, mas os da escola são mais proveitosos à vida, porque

aproveitam aos vossos e mais aos alheios; porque o menino, com o açoito próprio, se emenda e, com o alheio, se acautela e vai cobrando temor e, com ele, o respeito”.

E afirma (*op. cit.*, p. 241): “...*assim como não há doutrina sem disciplina, não há criação boa sem castigo*”. Entretanto, o castigo deve ser aplicado com coerência, evitando-se os exageros; para o jesuíta, a boa educação é aquela que mescla castigo e brandura, rigor e mansidão.

Para Comênio, a finalidade da disciplina não deve ser a de castigar por um erro cometido, mas contribuir para que não se cometa mais o mesmo erro. Todavia, devem ser corrigidos de forma severa apenas os erros que se referem ao comportamento, aos costumes. Os erros com relação à aprendizagem devem ser tratados de forma diferente, por meio de conversas e repreensões, sem castigos, a fim de estimular nos alunos o interesse pelos estudos.

Para que se compreenda exatamente sua proposta, Comênio estabelece três graus de disciplina (1957, p. 461):

“... primeiro, uma atenção continua. Em segundo lugar, a repreensão. Finalmente, o castigo, se recusam obedecer aos sinais de repreensão e às advertências. Mas todas estas penas disciplinares devem ser aplicadas com prudência, e sem outro fim que não seja tornar todos os alunos punidos mais desejosos de tudo fazerem com a maior seriedade”.

Apesar de ser favorável à repreensão severa, Comênio aconselha que se recorra a ela apenas em último caso. Para ele, toda correção deve ser feita com amor, pois só ele é capaz de educar eficazmente; e mesmo que seja necessário o castigo severo, este também deve ser feito com amor. Assim, por meio da disciplina, serão formados indivíduos corretos e tementes a Deus: este é, para Comênio, o fim de toda disciplina.

Gusmão não chega a propor uma estrutura de escola, uma vez que não é este o seu objetivo. Comênio, por sua vez, apresenta um modelo de estrutura escolar pautado nas fases de desenvolvimento da criança. Assim, ele divide o processo de escolarização em quatro etapas, propondo para cada uma um tipo de escola:

- A escola materna, para os primeiros anos da infância;
- A escola primária, de língua vernácula, para a puerícia, isto é uma idade mais avançada da infância, em que a criança consegue compreender melhor o que lhe é ensinado (dos seis aos doze ou treze anos);
- O ginásio, ou escola de latim, para os anos da adolescência;
- A Academia para a juventude.

Segundo Comênio, o período que abrange estas quatro fases vai desde o nascimento até os vinte e quatro anos de idade; aos vinte e cinco, atinge-se a idade adulta. Quanto às disciplinas, a diferença entre as escolas é estabelecida logo no início: as duas primeiras escolas ensinarão o caráter geral das coisas; as seguintes deter-se-ão nas particularidades. Na escola materna,

“devem exercitar sobretudo os sentidos externos (...). Na escola primária, devem exercitar-se os sentidos internos, a imaginação e a memória (...). No ginásio (...) formar-se-á a inteligência e o juízo de todas as coisas (...). Finalmente, as Academias formarão sobretudo aquelas coisas que dizem respeito à vontade” (1957, p.411).

Uma outra diferença importante entre as diversas escolas é que apenas as duas primeiras são destinadas a todos, de ambos os sexos; a terceira deve preparar aqueles que buscam algo além dos trabalhos manuais; a quarta e última, por sua vez, é reservada apenas aos futuros dirigentes – das escolas, das igrejas e da nação.

Para estruturar a escola materna, Comênio dá duas sugestões: que se elabore um livro de imagens, para facilitar o entendimento das crianças, e que

também seja organizada uma obra dedicada a pais e mães, como um suporte para a formação na infância.

Quanto à escola de língua nacional, deve ser aberta a todos, pois é imprescindível que todos conheçam a própria língua. Além disso, não é possível, ainda na infância, determinar qual a vocação de cada criança. Todavia, Comênio alerta para que não seja utilizado o critério social para determinar quais alunos devem prosseguir nos estudos.

A escola latina, por sua vez, deve ser dividida em seis classes, permanecendo o aluno por um ano em cada uma. São elas: gramática, física, matemática, ética, dialética e retórica.

Finalmente, a Academia é colocada como o degrau máximo da instrução. É seu objetivo maior preparar aqueles que exercerão as funções públicas na sociedade. Esta escola compreende, além da instrução, viagens de formação, o que implica que se construa uma escola universal, que seja o centro de todas as outras.

4.4. Métodos pedagógicos

A reflexão sobre o método permeia toda a obra de Comênio. Nela, ele faz uma crítica ao método utilizado nas instituições escolares, que torna o aprendizado difícil e enfadonho, devido a um ensino excessivamente abstrato e confuso (1957, p.158):

“E, mesmo isto, com que método e com que resultado? De modo a reter os estudantes durante cinco, dez, ou mais anos, em coisas que a mente humana é capaz de aprender em um ano. O que se poderia inculcar e infundir suavemente nos espíritos, é neles impresso violentamente, ou melhor, é neles enterrado e ensacado. O que poderia ser posto diante dos olhos de modo claro e distinto, é apresentado de modo obscuro, confuso e intrincado, como que por meio de enigmas.(...) Se tão poucos chegam à sumidade do saber,

embora muitos para lá se encaminhem com ânimo ardente e valoroso, e, se aqueles que chegam até certo ponto, o não conseguem senão à custa de fadiga, de angústia, de cansaço e de vertigens, tropeçando e caindo muitas vezes, isso não quer dizer que para a inteligência humana haja qualquer cume inacessível, mas que os degraus não estão bem dispostos e que são curtos, gastos e arruinados, ou seja, que o método é confuso”.

As críticas a este método também estão presentes na obra de Manacorda, quando refere-se a Agostinho e ao *“tédio de sua vida escolar”*. Sobre o processo de ensino e aprendizagem meramente mecânico, afirma (1999, p. 92):

“...a memória continuou sendo a rainha absoluta da escola, mesmo quando não se precisava mais dela e foi reduzida à memorização de minúcias banais (...). A aprendizagem da escrita seguia também um método excessivamente mecânico”.

Quanto ao descontentamento em relação ao método, o próprio Lutero afirma, em seu escrito *“Aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas cristãs”* (Streck, 1995, p. 306):

“É bem verdade: se as universidades e conventos continuarem como estão, sem a aplicação de novos métodos de ensino e modos de vida para os jovens, preferiria que nenhum jovem aprendesse qualquer coisa e ficassem mudos”.

Isso nos permite afirmar que toda a história da educação ocidental é permeada por tal concepção de ensino, tão combatida por Comênio. Além deste, outro aspecto criticado por Comênio é a atitude de muitos educadores, que não se preocupam em preparar os alunos para receber o conhecimento, mas tentam incuti-lo à força (*op. cit.*, p.172):

“Portanto, em primeiro lugar, é necessário expulsar desses jovens aquele torpor adventício, e reconduzir a natureza ao seu vigor próprio; regressará, então, com certeza, o apetite de saber. Mas quantos daqueles que assumem o encargo de formar a juventude pensam em torná-la primeiro apta para receber essa formação? (...) O professor, antes de se pôr a instruir o aluno à força de regras, deve primeiro torná-lo ávido de cultura, mais ainda, apto para a cultura e, conseqüentemente, pronto a entregar-se a ela com entusiasmo. Mas quem alguma vez pensou nisso? Quase sempre, o professor toma o aluno tal qual o encontra, e começa logo a torneá-lo, a batê-lo, a cardá-lo, a tecê-lo, a modelá-lo a seu modo, pretendendo que ele se torne imediatamente uma beleza, uma jóia; e, se o não consegue logo (e como seria possível consegui-lo?), enche-se de ira, indigna-se, enfurece-se. E havemos de admirar-nos que haja quem critique e fuja de semelhante método de educação? Devemos antes admirar-nos que haja ainda quem se entregue a tais educadores”.

A essa série de críticas segue um profundo lamento do autor, por todo o tempo de sua vida perdido com um ensino que poderia ser muito mais rápido e eficaz. Porém, garante que, embora o tempo perdido não volte jamais, ainda há muito a ser feito por aqueles que virão (*op. cit.*, p.161):

“Resta-nos apenas uma coisa, uma só coisa é possível: que tudo aquilo que pudermos fazer em proveito dos nossos vindouros, o façamos, ou seja, demonstrado em que erros nos lançaram os nossos professores, lhes mostremos o caminho de evitar esses erros”.

Com o propósito de contribuir com uma melhor formação da juventude, Comênio propõe uma organização escolar, através da qual se forme toda a juventude, que transmita bons conteúdos por meio de um método agradável, sem qualquer tipo de violência. Preza por uma formação concreta, verdadeira, não apenas superficial, que leve ao verdadeiro conhecimento das coisas, mas que ao mesmo tempo seja fácil e se dê antes da idade adulta. Comênio mostra-se muito confiante neste seu método. Com relação à diversidade de alunos, propõe que alguns alunos sejam monitores dentro da sala de aula, auxiliando uns aos outros. Em relação à organização do tempo, considera-a de extrema importância, uma vez que constitui-se como uma forma de tornar o processo de ensino mais eficiente. De fato, para ele, a escola, em sua organização, deve imitar a ordem da natureza, modelo de perfeição.

Na perspectiva jesuítica, as escolas devem ensinar as letras e os bons costumes e constituem-se como verdadeiros “*seminários da religião*”, como afirma Gusmão (2004, p.40). Quanto à educação em si, esta é tida como sinônimo de “*criação*”, o que pode ser visto claramente neste excerto, em que o jesuíta exalta o trabalho de boa criação realizado pela Companhia de Jesus (*op. cit.*, p.41):

“Donde claramente se vê a grande utilidade que a toda república segue da boa criação da puerícia, e claramente pode entender quem considerar o incrível fruto que, por este meio, a Companhia de Jesus tem obrado em quase todas as principais repúblicas cristãs”.

Na afirmação acima exposta Gusmão manifesta sua admiração pelo trabalho catequético – mas também pedagógico – desenvolvido pelos jesuítas e seu reconhecimento pela eficácia do mesmo. Entretanto, utiliza o termo “*criação*” em vez de “*educação*” ou “*ensino*”. Pode-se inferir que, na concepção jesuítica, todo o trabalho educativo encontra-se inserido no contexto da criação, sendo ambos indissociáveis. A educação torna-se parte integrante da formação da

criança e responsabilidade primeira dos pais, uma vez que são eles que escolhem os mestres para seus filhos. Dessa forma, a grande maioria dos conselhos de Gusmão volta-se em primeira instância aos pais, primeiros educadores e, mesmo quando destina-se aos mestres, o faz em conjunto com os pais. Torna-se assim muito difícil, na obra de Gusmão, dissociar educação familiar de educação escolarizada, já que uma está enraizada à outra. Pode-se dizer até que não se consegue compreender uma sem considerar a outra.

Nos raros momentos em que trata especificamente da educação, Gusmão procura distinguir três tipos de ofícios: mestres, aios e tutores. Afirma que, apesar de diferirem no tipo de cuidado, todos têm um mesmo dever: cuidar daqueles que lhe são designados como um pai cuida de seu filho. Destaca que a responsabilidade dos mestres é ainda maior que a dos pais, pois cabe a eles formar a criança em todos os aspectos, principalmente na questão dos costumes (*op. cit.*, p.71):

“Da qual maior obrigação nasce, de ordinário, atribuírem-se as faltas e maus procedimentos dos discípulos antes aos mestres do que aos pais; porque supõem os homens que aos mestres está demandado já o cuidado de moderar e corrigir os procedimentos dos discípulos”.

Analisando este excerto pode-se chegar à conclusão de que aos mestres cabia modelar o comportamento de seus alunos, formá-los nos hábitos cristãos e nos costumes. A educação, portanto, ainda conserva em si um caráter evangelizador, que procura, ao mesmo tempo em que ensina, levar o indivíduo à fé cristã católica. Faz uma analogia ao leite materno: assim como à criança é necessário o leite da mãe, também é igualmente importante e necessário o leite da doutrina. O mesmo se observa em Comênio quando trata da essência do homem no início de sua obra; aquilo nada mais é do que uma pregação da doutrina cristã protestante. Esse ensino, para Gusmão, deve ser dado de

preferência pelos pais (*op. cit.*, p. 229): “*A doutrina mais natural, e que mais efeito obra nos filhos meninos, é a dos próprios pais...*”.

Contudo, considera que há casos em que não é possível aos pais ensinar aos seus filhos; nesses casos, discorre sobre os critérios que devem ser adotados quando se pretende escolher um mestre. Para ele, é indispensável ao bom mestre ciência e espírito (*op. cit.*, p. 73): “*Haja no mestre espírito e ciência ou, ao menos, bom exemplo e inteligência, que sua escola será um céu bem concertado e, cada menino, uma estrela*”. Afirma que o mestre ideal deve unir, em sua pessoa, o bom exemplo e a sabedoria, sendo a primeira a mais importante de todas as virtudes. O mestre, então, deve ter uma conduta impecável, pois torna-se um exemplo para aqueles que estão sob seus cuidados. Compara o bom mestre ao agricultor de um campo novo, que sabe cuidar bem da terra, retirar dela as ervas más e semear uma boa semente, de modo que esta venha dar bons frutos no futuro. Da mesma forma deve ele proceder (*op. cit.*, p. 73):

“Assim há de cultivar o prudente mestre os ânimos dos meninos, como terra virgem com o arado da disciplina, arrancando primeiro os abrolhos dos vícios pueris e espinhos das más inclinações, para que não cresçam e sufoquem a semente da verdadeira doutrina (...). Assim, o bom mestre há de ensinar boa doutrina aos meninos e não misturar, com o trigo da doutrina, a cizânia dos ditames do diabo, ou seja com a palavra, ou seja com o exemplo”.

Por ser esta uma função de tamanha importância, adverte aos pais para que remunerem com justiça os mestres de seus filhos, criticando os “*que acham por mal empregado o que se gasta com a criação dos filhos e reparam no que se dá ao mestre para os ensinar*” (*op. cit.*, p.232).

Finalmente, a última – e talvez a mais difícil – tarefa do mestre é conservar nos seus discípulos tudo o que lhes foi ensinado. Caso contrário, em vão terá sido todo o seu trabalho (*op. cit.*, p.77):

“Porque será trabalho baldado se, depois de ensinados os meninos, os deixe perverter com a companhia dos maus; ou se, depois de começar a brotar neles a semente da palavra de Deus, lhes não apliquem os meios convenientes para a conservar”.

Dessa forma, a primeira e maior conseqüência que se terá de um bom mestre é o surgimento de um bom discípulo; este, por sua vez, deve ter pelo seu mestre respeito e obediência. Segundo Gusmão, como princípio básico do respeito está o reconhecimento da árdua missão de seu mestre, qual seja, de fazer progredir seu discípulo, agradar aos pais, satisfazer a república e glorificar a Deus com seu trabalho.

No que se refere ao comportamento das crianças, o padre afirma que estas diferem muito entre si. Compara-as aos metais das minas, os quais possuem um valor diferente em relação aos outros; uns são mais fáceis de se manusear, outros são mais difíceis. Igualmente ocorre com as crianças: algumas são mais difíceis de disciplinar do que outras; no entanto, assim como não há metal que não tenha utilidade ao homem, também não há crianças a quem seja impossível disciplinar. Logo, é plenamente compreensível que uma criança de condição inferior possa igualar e até mesmo superar aquela de melhor condição, se for bem educada. Todavia, a recíproca é verdadeira. Se falta ao homem a boa educação, este pode tornar-se pior do que os animais, assim adverte Gusmão, valendo-se do ilustre filósofo Platão (*op. cit.*, p.115): *“Nenhum animal é mais feroz que o homem (diz Platão), se lhe falta a criação, e nenhum, mais dócil, se o sabem doutrinar, por ruim condição que tenha”.* O que ocorre na maioria das vezes, afirma o jesuíta, é que faltam mestres capacitados a educar aqueles casos mais difíceis e, assim, acaba-se perdendo um indivíduo por falta de conhecimento de outrem.

Com relação aos mestres, Comênio não discorre sobre as qualidades a ele necessárias, mas aconselha-os a preocupar-se com a tarefa que lhes foi designada (1957, p.205):

“Por isso, aqueles que instruem e educam a juventude não têm outra obrigação além de semear habilmente na alma dos jovens as sementes daquilo que têm de ensinar, e de regar cuidadosamente as plantazinhas de Deus; o crescimento e o incremento virão por acréscimo”.

Mas de que forma se dará esse ensino? Em primeiro lugar, ele ressalta que a puerícia é a idade adequada para o homem iniciar seu processo de formação; quanto ao horário, o período indicado é o da manhã; sobre o conteúdo, deve ser adequado à idade que se pretende ensinar. O ensino deve ter, ainda, um caráter mais concreto, o que implica em partir de exemplos do cotidiano para então construir as regras. Quanto ao professor, este deve dispor ao seu alcance de todos os materiais necessários para o ensino, bem como preparar os alunos para receber o conhecimento que lhes será transmitido, cuidando para que se ensine uma matéria por vez, de modo a não confundir os alunos e partindo de seu caráter mais geral para as suas particularidades. Este ensino deve proceder-se de forma gradual, com uma estrita divisão do tempo e das classes, adequando o grau de profundidade do assunto tratado de acordo com o nível de desenvolvimento de cada uma delas. Comênio faz uma crítica ao modo como a formação do homem se dá, por meio de memorizações que não fazem nenhum sentido (*op. cit.*, p.218): *“Erram, portanto, aqueles professores que querem realizar a formação da juventude que lhes foi confiada, ditando muitas coisas e mandando-as aprender de cor, antes de as terem explicado devidamente”.*

Como forma de solucionar esse problema, propõe que se busque formar, *a priori*, a inteligência do aluno, pra depois preocupar-se com a memória e, em último lugar as mãos e a língua. Em outras palavras, deve partir-se do interior do homem para atingir o seu exterior. Contudo, quando trata do processo de aprendizado da criança, deixa claro que este se dá de maneira inversa: a partir dos sentidos, o conhecimento chega à memória da criança e assim penetra em sua inteligência. De acordo com esta concepção de aprendizado, Comênio assegura que o ensino só será eficaz se assumir um caráter concreto, conforme o

acima exposto. Para tanto, é necessário que aos alunos não se apresente apenas o conceito das coisas, mas as próprias coisas; caso não seja possível, que lhes sejam apresentadas ao menos figuras daquilo que se pretende ensinar, pois dessa forma o conhecimento será mais facilmente assimilado pelo aluno. As figuras tornam-se assim um ótimo recurso pedagógico.

Uma vez que a educação se inicia pelos sentidos, o ambiente escolar deve favorecer este aprendizado; portanto, deve manter-se afastado de locais barulhentos, que possam distrair os alunos. Da mesma forma, deve manter-se o aluno na escola e protegê-lo das más companhias, até que ele esteja realmente formado e preparado para a vida.

Entretanto, para Comênio não bastava um método que ensinasse com segurança: era necessário também que ele fosse fácil. Isso seria possível se:

- A formação tivesse início desde cedo;
- Os alunos fossem preparados e instigados a aprender;
- O ensino se desse dos aspectos gerais para os particulares;
- Procedesse das coisas mais fáceis para as mais difíceis;
- O trabalho escolar não sobrecarregasse o aluno;
- O conteúdo fosse ensinado gradualmente;
- O conteúdo fosse adequado à capacidade do aluno;
- O conteúdo fosse ensinado de maneira clara e concreta;
- Fosse um ensino útil para a vida;
- Um mesmo método fosse utilizado para ensinar todas as coisas.

Convém ressaltar que ao referir-se ao conteúdo, Comênio utiliza as expressões “*disciplinas*” e “*matérias escolares*”. Com relação à idade ideal para se ensinar, Comênio insiste: a melhor educação é aquela que se dá quando a mente não foi ainda corrompida. Sugere que o aluno tenha apenas um professor, pois, conseqüentemente, será educado através de um método único, o que não ocorreria se houvessem muitos mestres; aconselha também que o primeiro aspecto a ser trabalhado diz respeito aos costumes da criança. Em seguida, deve-se provocar na criança o desejo de aprender. Esta tarefa, ao contrário do que se poderia imaginar, não cabe apenas ao mestre, mas a tudo e todos que cercam a

criança: os pais, a escola, as matérias ensinadas, o método utilizado e as autoridades, por meio do cuidado com as escolas. Destaca alguns aspectos que dificultam o aprendizado: faz uma crítica ao excesso de matérias, que acaba por sobrecarregar os alunos e atrapalhar o processo de ensino, uma vez que torna-se impossível reter tanto conhecimento ao mesmo tempo; critica também a memorização de conteúdos sem garantir a compreensão daquilo que se decorou, bem como o uso do castigo quando o aluno não compreendeu o que foi ensinado. Nesse caso, o autor atribui a responsabilidade ao mestre. Com relação à memorização, tal afirmação não quer dizer que Comênio assumia uma posição radicalmente oposta; ele apenas não concordava que a memória fosse o único recurso utilizado para se ensinar, em detrimento do uso da inteligência. Da mesma forma, o castigo serviria apenas em casos excepcionais, para garantir a atenção dos alunos, evitando que eles se dispersassem.

Além de seguro e fácil, o método proposto por Comênio deveria ser sólido, por meio do qual se garantisse um ensino consistente e indelével, o que não ocorria nas escolas de seu tempo. Ao contrário do que observava em sua sociedade, a escola deveria formar o homem todo, não só para o mundo físico, mas também para o mundo espiritual. Isso se tornaria realidade se a escola ensinasse, além da ciência e das artes, também a moral e a piedade. Porém o que se constatava era exatamente o oposto: além de ignorar a formação espiritual de seus alunos, a escola descuidava também da formação intelectual, oferecendo um ensino superficial, fragmentado, baseado em comentaristas, sem recorrer às verdadeiras fontes, sem estabelecer relações entre o que já havia sido ensinado e o que se deveria aprender.

Finalmente, a quarta e última característica do método proposto por Comênio é a rapidez. Essa estaria assegurada se (*op. cit.*, p.278):

- I. *“Cada escola, ou ao menos cada classe, tiver um só professor.*
- II. *Para cada matéria, houver um só autor.*
- III. *Para todos aqueles que estão a assistir às lições, se dispender, em comum, o mesmo trabalho.*

IV. Todas as disciplinas e todas as línguas forem ensinadas com o mesmo método.

V. Todas as coisas forem ensinadas, a partir dos seus fundamentos, de modo breve e eficaz (...).

VI. Todas as coisas que por natureza são conexas forem ensinadas em conexão umas com as outras.

VII. E se todas as coisas se ensinarem gradualmente, sem interrupções (...).

VIII. Enfim, se, em tudo, se puser de parte as coisas inúteis.”

Desse modo, por intermédio de um método seguro, fácil, sólido e rápido, a escola exerceria o fim último a que foi destinada (*op. cit.*, p.299): *“uma agradável preparação para a vida”*.

Pode-se constatar, pela observação dos aspectos acima expostos, que o pensamento de Comênio é extremamente inovador para o seu tempo. É ele quem lança as bases de toda a reforma educacional que se procederia nos séculos seguintes. Diante disso uma questão se põe: o que será ensinado nessas escolas?

Ensinar tudo a todos não significa, para Comênio, fazer com que os alunos dominem profundamente todos os conhecimentos existentes, mas tornar conhecidos os fundamentos principais de cada um, a fim de que os alunos se tornem atuantes no mundo em que vivem, deixando de lado a condição passiva a que estariam submetidos sem a formação devida. Dessa forma, é responsabilidade da escola formar *“homens sábios na mente, prudentes nas acções e piedosos no coração”* (*op. cit.*, p.146).

Esta formação completa deve destinar-se a todos, já que não se pode identificar, logo na infância, a vocação que cada um deverá seguir na idade adulta. Dessa maneira, deve-se evitar o ensino de tudo o que não é necessário, bem como o excesso de detalhes sobre um determinado assunto. O conteúdo deve ser significativo para o aluno, para a sua vida.

Sob esse aspecto, a concepção de Gusmão vai ao encontro do pensamento de Comênio: o ensino deve ser útil para a vida e auxiliar o indivíduo na opção pela sua vocação, de acordo com os dons que Deus lhe concedeu. Aos pais cabe incentivar o filho para que responda ao chamado de Deus, principalmente quando notam no mesmo a vocação para a vida religiosa. De qualquer forma, como base para toda boa formação está o ensino da leitura e da escrita (2004, p.264):

“Não é porém de estranhar, antes digno de muito louvor, que se apliquem os filhos na puerícia ao estudo das letras, ao menos a ler e escrever; porque, como bem disse um prudente, não é de todo homem o que ao menos não sabe ler e escrever”.

Comênio elenca os principais conteúdos que devem ser ensinados nas escolas: ciências, artes, línguas, moral e piedade. Por meio destes conteúdos seria possível ao professor trabalhar não só a mente, mas também o espírito da criança.

Sobre o ensino das ciências, alguns pontos podem ser destacados: o conteúdo deve ser atual e significativo; deve ser apresentado do modo mais concreto possível, para que os alunos possam experimentá-lo para compreender; o conteúdo deve ser claro e objetivo; deve-se partir das suas características gerais para as particulares.

Com relação às artes, a ênfase é dada à idéia de que a melhor maneira de se aprender a fazer algo é fazendo. Assim, os trabalhos devem ser feitos pelos alunos, seguindo-se sempre um modelo, de acordo com normas específicas. No campo das artes, Comênio deixa claro que é muito mais importante a prática do que a teoria, prática esta que deve ser iniciada pelos aspectos mais simples, ligados sempre a coisas já conhecidas pelos alunos.

As línguas constituem-se uma matéria diferenciada das demais, já que é o próprio meio pelo qual se dá o ensino. Para Comênio, não é necessário saber tudo sobre as línguas, mas apenas o necessário que varia de acordo com a língua

ensinada. Alerta para o fato de que é impossível aprender todas as línguas existentes, destacando quais são as principais dentre elas: a língua materna, a língua de povos vizinhos e a língua latina. Ressalta ainda que estas línguas devem ser ensinadas de forma prática e não por meio de teorias.

As matérias até então expostas são consideradas por Comênio como acessórios; as principais, para ele, são a moral e a piedade.

O ensino da moral aborda especificamente os bons costumes e as virtudes – a saber, a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. A prudência, para o autor, está diretamente ligada ao juízo de valor que atribuímos às coisas; a temperança, à moderação em todas as nossas atitudes; a fortaleza está vinculada à obediência e ao controle das vontades; a justiça, por sua vez, verifica-se nas boas ações e na aversão a toda espécie de falsidade. Tais virtudes só poderão ser alcançadas por meio da prática constante, bem como da disciplina, que pode ser garantida por meio de repreensões e, quando necessário, castigos.

Finalmente, a piedade compreende a busca por Deus e o reconhecimento de sua divindade. Isto deve ser ensinado logo nos primeiros anos da puerícia, por meio da leitura da Bíblia e das boas obras, que levem à prática da fé, da esperança e da caridade.

Para que esse ensino seja eficaz, Comênio alerta para o cuidado que se deve ter com relação às obras utilizadas nas escolas, principalmente com relação aos livros pagãos. Entretanto, o autor não é favorável à exclusão de tais obras, uma vez que elas também contêm coisas boas que podem ser aproveitadas; ao contrário, o que ele propõe é que pessoas adultas, mais experientes, selecionem o que pode ser utilizado de cada uma destas obras, evitando assim o contato direto das crianças com as mesmas. Para tornar mais específico este trabalho, Comênio aponta os autores que podem ser utilizados nas escolas (1957, p.392):

“Finalmente, se deve admitir-se algum dos pagãos nas nossas escolas, seja Sêneca, Epíteto, Platão e outros semelhantes, mestres de virtude e de honestidade, nos quais há a notar um menor número de erros e de superstições”.

Diante de tudo o que vimos, podemos constatar que a maior preocupação de Comênio refere-se à formação do espírito e não apenas do intelecto. Para ele, os melhores mestres são aqueles que educam seus alunos dessa forma (*op. cit.*, p.397):

“Mas é digno da maior consideração aquilo que disse já, isto é, que, nas escolas cristãs, se deve formar cidadãos para o céu, e não para o mundo, e que, por conseqüência, se lhes deve dar professores tais que lhes inculquem doutrinas celestes, de preferência a doutrinas terrenas, doutrinas santas, de preferência a doutrinas profanas”.

Comênio conclui sua proposta destacando a importância de uma didática única para todas as escolas. Para ele, é impossível que o seu método tenha progresso se não houver uniformidade no ensino.

Observa-se assim que a todo momento escola e família apresentam-se entrelaçadas, permeadas pela essência religiosa. De fato, a doutrina cristã – católica ou reformista – é o fio condutor que permeia todas as discussões e reflexões acerca da educação das crianças nesse período. Torna-se, desse modo, impossível conceber uma educação dissociada da religião, uma vez que é por meio dela que foram lançadas as bases da educação moderna.

Conclusão

Diante de todas as leituras e análises realizadas no decorrer desta pesquisa, podemos destacar alguns aspectos relevantes para a verificação ou não da hipótese inicialmente apresentada.

Primeiramente é necessário voltar nosso olhar para as obras que se constituíram objeto de estudo e reconhecer que ambas trazem consigo uma concepção pedagógica específica. Esta concepção é fruto de todo um contexto histórico no qual seus autores estavam inseridos e traz consigo uma intencionalidade. Para compreendê-la, convém lembrar a finalidade para a qual cada obra foi produzida.

No caso de Gusmão, seu principal objetivo era orientar a formação das famílias, no sentido de reestruturá-las de acordo com as necessidades da Igreja naquele momento, qual seja, o resgate de seus fiéis dispersos pelo movimento da reforma protestante. Comênio, por sua vez, tinha como objetivo propor um novo método de ensino, que atendesse às necessidades da sociedade, que passava pelas inúmeras mudanças oriundas do movimento reformista. Observa-se então um choque de interesses: enquanto Gusmão busca um resgate da fé católica, Comênio volta-se para o estabelecimento do protestantismo no seio da sociedade.

De um modo geral, pode-se afirmar que os movimentos de reforma empreendidos tanto por protestantes quanto por católicos trouxeram conseqüências positivas no campo educacional, uma vez que a preocupação com o ensino acentuou-se a partir dos mesmos.

A Reforma protestante, particularmente, foi essencial para a evolução do cristianismo, da sociedade e principalmente do sistema educacional. Quanto a este último, trouxe à tona inúmeras questões fundamentais, como a metodologia, a disciplina, a formação do indivíduo, o conteúdo e o próprio conceito de família e escola. Tais reflexões levaram a um avanço positivo na educação da época, que repercute até os nossos dias.

Com essa afirmação não pretendo negar ou desconsiderar todas as iniciativas da Companhia de Jesus, uma vez que seus princípios foram os primeiros grandes norteadores do sistema educacional brasileiro.

No caso da reforma protestante, é com Lutero que inicia-se a discussão sobre a obrigatoriedade da instrução. De fato, embora não fosse sua intenção desenvolver uma concepção pedagógica, Lutero levanta uma série de questionamentos quanto à questão dos métodos e dos conteúdos, valoriza a figura do professor e o espaço escolar como *locus* privilegiado de formação dos futuros cidadãos. Também coloca a educação como dever do Estado e defende a igualdade entre homens e mulheres quanto à oportunidade de ensino. Assim, a educação adquire um novo sentido: formar indivíduos para todos os tipos de trabalho e não apenas para a vida eclesial. No âmbito familiar, a educação deve ser incentivada pelos pais, até mesmo os de classe mais pobre. A configuração de toda essa reflexão em proposta pedagógica concretiza-se com Comênio, através da formulação de seu método universal aqui analisado. Por meio de sua obra, ele busca mostrar a possibilidade de uma nova forma de educar.

A Igreja Católica por sua vez, dá início ao processo formal de sistematização de sua reforma com o Concílio de Trento, no qual são discutidas questões que adentram o campo educacional, como a seleção dos livros próprios para a leitura, a fundação dos seminários – para uma melhor formação do clero – e a criação e organização das escolas e colégios católicos. Neste último aspecto, destaca-se a atuação da Companhia de Jesus. No caso do Brasil, contexto no qual se insere a obra de Gusmão, a educação estava a serviço da evangelização. A escolarização torna-se uma preocupação para os jesuítas apenas no momento em que se torna necessário preparar as futuras camadas dirigentes da sociedade. A partir desse momento, em meados do século XVII, a catequese deixa de ser o foco da ação missionária da Companhia de Jesus. A prioridade passa a ser a manutenção dos colégios e o trabalho evangelizador volta-se às famílias mais abastadas, a quem Gusmão busca orientar em sua obra.

Quanto aos aspectos convergentes e divergentes de ambos os autores, foram tomados como parâmetros de análise alguns pontos fundamentais, como

infância, família, escola, disciplina e método. Pretendia-se, a partir da análise das duas obras, com base nesses aspectos, traçar um paralelo entre as duas concepções.

A primeira semelhança detectada refere-se aos leitores a quem as obras se destinam. Tanto Comênio quanto Gusmão dirigem-se aos pais, aos professores, às crianças e à sociedade de um modo geral, pois ambos apresentam a importância da educação não apenas para o indivíduo e sua família, mas para a sociedade, pois é por meio de uma boa educação que se formam os futuros cidadãos. Outro ponto convergente refere-se ao modo como os dois autores argumentam. Para justificar e embasar suas afirmações, valem-se de trechos bíblicos, de filósofos da Antiguidade e de analogias com situações do cotidiano.

Quanto à concepção de infância, os autores também concordam, ao considerar a criança imagem da inocência e da pureza. Esta afirmação, elaborada por Comênio, é confirmada por Gusmão, embasado nos princípios do Concílio de Trento. No que se refere à aprendizagem, coincidem até mesmo nas analogias: ambos definem a criança como uma tábula rasa, uma cera virgem, que pode ser moldada, formada de acordo com os objetivos pretendidos. À educação corresponde este processo de formação, que deve ocorrer ainda no período da infância, no qual os vícios e os maus costumes ainda não apareceram. Podemos observar que os jesuítas colocam a criança como ponto central de todo o processo educativo. Comênio, por sua vez, concebe o homem como um ser disposto a aprender. Ele tem em si a capacidade, mas não o próprio saber. A educação deve estimular esta capacidade.

A família também se constituiu um parâmetro de análise muito interessante. Foi possível observar ela ocupa um papel de destaque em toda a obra de Gusmão, que a considera como a base para a formação da fé e da boa educação. Ele exorta os pais em relação ao valor dos filhos e da instrução que se deve dar a eles. Ressalta que a criança necessita de muitos cuidados e que o bom ensino é um deles. Este bom ensino consiste principalmente na formação espiritual, constituindo-se uma mistura de educação e devoção. A educação é considerada

por ele como dever único da família, que deve zelar também na escolha de boas amas e companhias.

O jesuíta discute também outras questões, como alimentação, amamentação, deveres dos pais e das mães, castigos, enfim, aspectos específicos da vida familiar. Por esse motivo, não é de se estranhar o fato de que o autor, ao referir-se à educação, utiliza o termo “criação”, pois para ele “criação” é sinônimo de “educação”. Isso reforça o grau de indissociabilidade entre família e escola na perspectiva jesuítica. No caso de Comênio, muito poucos são os momentos em que ele se dirige especificamente à questão familiar. De fato, este não era o objetivo de sua obra, voltada à questão escolar. Porém, o fato de discutir amplamente sua proposta pedagógica sem remeter-se, a todo momento, à vida familiar revela uma nova concepção de ensino desvinculado do ambiente doméstico. Isso não quer dizer que Comênio ignorasse a participação dos pais na educação de seus filhos, pois ele mesmo, em sua obra, afirma que os pais são, por determinação divina, os primeiros educadores de seus filhos. Assim como deram a vida, lembra Comênio, devem dar a educação àqueles que Deus lhes confiou.

Quanto à participação na vida escolar de seus filhos, o próprio Lutero já havia admoestado os pais que não zelam pela boa formação de seus filhos e condenado veementemente suas atitudes. Essa repreensão pode ser encontrada também na obra de Gusmão, que chega a ser extremamente duro com os pais que não se preocupam com a educação de seus filhos. Podemos observar, assim, que ambos consideram importante a participação dos pais, porém não com a mesma ênfase.

Os aspectos que se referem à escola e à disciplina também trazem consigo muitos elementos de análise. Gusmão discorre, em sua obra, sobre a história da educação na sociedade; Comênio faz o mesmo em relação à trajetória das instituições escolares.

Para Gusmão, a educação tem a finalidade de moldar o indivíduo e formar bons cidadãos para a República. Embora não se utilize do termo “educação”,

podemos encontrar em seu texto os termos “mestre” e “pedagogo”. Comênio, por sua vez, introduz o termo “didática” e define-o como “arte de ensinar”.

Comênio propõe um ensino pautado em exemplos concretos. Afirma que a possibilidade de reforma da sociedade está na boa formação da juventude. Nesse sentido, a educação deve começar logo na infância e constitui-se dever dos pais e mestres. Além disso, para que essa educação seja efetiva, deve ocorrer em um lugar adequado – as escolas. Por isso, insiste na necessidade de reestruturá-las.

Quanto a quem deve se destinar a educação, Comênio é objetivo: a educação deve ser para todos, sem distinção, incluindo-se as mulheres. Propõe a igualdade de oportunidades ao sexo feminino, mas com um certo cuidado. Gusmão, neste aspecto, também menciona a educação para o sexo feminino, pautada pelo recolhimento e pela transmissão de valores. De um modo geral, a proposta dos dois autores quanto à formação das meninas tem como principal objetivo o preparo para o exercício das atividades domésticas.

A questão da disciplina constitui-se um assunto polêmico e controverso. Para Comênio, ela exerce um papel fundamental para um bom ensino. Todavia, critica o modo como ela vem sendo introduzida nas escolas, por meio de agressões físicas e castigos. Propõe uma disciplina que, ao invés de reproduzir a violência, leve ao crescimento, à educação da criança. Porém, admite que há casos que necessitam de castigos, como os erros de comportamento, mas reafirma que devem ser aplicados com coerência e equilíbrio, evitando-os nos casos em que o erro seja de aprendizagem. Gusmão, entretanto, valoriza o castigo escolar, considerando-o mais útil na formação da criança do que os castigos recebidos em casa, mas também aconselha que estes somente sejam aplicados quando o diálogo e a repreensão não surtiram o efeito esperado.

Finalmente, a questão dos métodos pedagógicos foi ponto de inúmeras e ricas reflexões. Toda a obra de Comênio é permeada por esta questão. Para ele, a escola ideal deve formar o homem de maneira completa, nos aspectos temporais e espirituais. Sobre isso, faz uma crítica à educação existente, pautada pela distinção de classes, pela cultura superficial, pelo excesso de rigor, por um ensino abstrato, difícil e por um método mecânico e puramente mnemônico. Critica a

atitude de muitos educadores, que não preparam o aluno para receber o conhecimento, mas tentam incuti-lo à força.

Em contrapartida, Comênio propõe um método que seja agradável, sólido, concreto, fácil e rápido; a escola deve constituir-se em um ambiente silencioso, distante das más companhias; o ensino deve ser útil para a vida. Gusmão, nas poucas vezes em que se refere às escolas, afirma que estas devem ensinar letras e bons costumes e novamente utiliza apenas o termo “criação”, provando que para os jesuítas a ação educativa está presente na criação, que é responsabilidade dos pais. Para tanto, Gusmão orienta os pais quanto à escolha de um bom mestre para seus filhos, ao passo que Comênio dirige-se diretamente aos mestres, orientando-os quanto à melhor forma de educar.

Quanto ao caráter do ensino, Gusmão também considera que o ensino deve ter utilidade na vida do indivíduo. Aos pais cabe incentivar a formação de seus filhos. Para ele, a base da formação está na leitura e na escrita. Atenta para o cuidado que se deve ter na escolha de boas obras, observação feita também por Comênio.

Quanto à estrutura escolar, Comênio a propõe de acordo com as fases de desenvolvimento da criança e dos objetivos que se pretende atingir. Sugere a elaboração de obras didáticas, principalmente para as crianças. Já Gusmão não chega a propor um modelo de estrutura escolar, uma vez que esta não era sua preocupação.

Convém observarmos o tom de atualidade na proposta de Comênio. Sua crítica ao excesso de matérias, à memorização, aos castigos e a outras questões nos remetem à atual discussão sobre o melhor método a ser utilizado em nossas escolas e nossa crítica ao ensino “tradicional”. Em sua proposta pedagógica, Comênio coloca a organização do templo e das classes, nas quais o conteúdo ensinado deve ser adequado a cada faixa etária. Destaca a importância da construção dos valores para a formação de um bom cidadão e defende a ideia de um aluno ativo, que aprenda através da experimentação. Propõe ainda um conteúdo que seja significativo para o aluno, concreto, partindo de exemplos do cotidiano, que seja trabalhado de forma interdisciplinar e, portanto, adquira um

novo significado na vida do indivíduo. Outra questão que podemos destacar é a afirmação de Comênio de que a educação é dever de todos, pois tudo o que cerca a criança contribui para sua formação. Isso nos recorda a discussão que se tornou uma constante no ambiente escolar, sobre “modernizar” o ensino, como se as propostas atuais fossem recém-descobertas, quando elas estão presentes na história da educação ocidental há séculos!

Diante das reflexões acima realizadas podemos concluir que a hipótese inicialmente levantada encontra seu fundamento na análise das obras de Comênio e Gusmão. De fato, podemos constatar que o princípio pedagógico jesuítico está intrinsecamente vinculado à formação familiar, sendo tais aspectos indissociáveis na ótica jesuítica. Por outro lado, a concepção pedagógica reformista enfatiza o processo de escolarização como ponto de partida para a reforma da sociedade. Assim, enquanto o centro do processo educativo, para os jesuítas, encontra-se na família, para os reformistas está na escola enquanto instituição. A escolarização torna-se, para estes, o ponto principal de todas as discussões, enquanto para os missionários constitui-se apenas uma consequência do trabalho de evangelização por eles empreendido.

Com relação à finalidade de cada obra, pode-se concluir que ambos atingiram seu objetivo. O tratado elaborado por Gusmão tornou-se um dos mais lidos no Brasil colonial, ao passo que a obra de Comênio assumiu um caráter universal de referência no campo educacional, como já destacamos anteriormente. Entretanto, um aspecto interessante é o modo como os temas das duas obras se atravessam. Para Gusmão, é impossível uma verdadeira reforma da vida familiar se os pais não se preocuparem com a educação de seus filhos; é por meio dela que a mudança se concretizará. Comênio considera fundamental a conscientização por parte dos pais de que eles são, por indicação divina, os primeiros educadores de seus filhos.

Dessa forma, observa-se que o binômio “família-escola” permanece indissociável nas duas obras. O que se modifica é o enfoque dado a cada aspecto em particular. A questão da família é o ponto central de toda a obra de Gusmão; Comênio volta-se pouquíssimas vezes para este aspecto. Entretanto, com relação

à educação escolarizada ocorre um processo inverso: Comênio discute essencialmente esta questão, ao passo que Gusmão quase não a menciona.

Todavia, apesar de ambos considerarem a educação como meio pelo qual se dá a reforma da sociedade, diferem em um aspecto: para Gusmão, a educação a que ele se refere é a formação no âmbito familiar; Comênio refere-se à educação escolar. Esta é uma diferença fundamental entre os dois.

Muitos outros aspectos ainda requerem uma análise mais aprofundada, que o alcance deste trabalho não nos permite desenvolver completamente. Esta pesquisa pode ser considerada um impulso inicial, na tentativa de fazer com que o olhar dos pesquisadores em educação volte-se também para estas questões, igualmente importantes para a compreensão e o desenvolvimento dessa área do conhecimento, tão vasta e tão rica, porém ainda pouco conhecida.

Referências Bibliográficas

- ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. José Maria de Almeida (Trad.). São Paulo, SP: Paulus, 1995.
- ANCHIETA, José de. Carta trimestral de maio a agosto de 1556 pelo Ir. José de Anchieta (São Paulo de Piratininga, agosto de 1556). In: **Cartas Jesuíticas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, vol.III.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Infância, Catequese e Aculturação no Brasil do século 16. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF: v.81, n.199, p.452-463, 2003.
- BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e fazendas de gado no Brasil Colonial. In: XXI Simpósio Nacional de História: A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói, 2001. **Livro de Resumos**. Niterói, RJ: Associação Nacional de História (ANPUH) & Universidade Federal Fluminense (UFF), 2001, p. 361.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. Educação jesuítica no Brasil Colonial. **Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação**. UCDB. Campo Grande, n. 12: jul./dez. 2001, p. 135-143.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.
- BUFFA, Ester. A questão das Fontes de Investigação em História da Educação. In: **Série Estudos – Periódico do Mestrado em Educação**. UCDB. Campo Grande, n. 12, jul/dez. 2001. p. 79-86.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Álvaro Lorencini (Trad.). São Paulo: UNESP, 1999.
- COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna**. Praga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957, 4ª ed.
- COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, Leonel S.J. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Agir Editora, 1952.

COMPANHIA DE JESUS. **Constituições da Companhia de Jesus**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1977.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação Jesuítica e Crianças Negras no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF: v.80, n.196, p.472-482, 2002.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. Pluralidade Lingüística, Escola de bê-á-bá e Teatro Jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v.25, n.86, p.171-195, abr.2004.

FITZER, Gottfried. **O que Lutero realmente disse**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1995.

GOERGEN, Pedro. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, ano 5, n.31, p.1-18, 1985.

GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de Bem Criar os Filhos na Idade da Puerícia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995, 26ª ed.

HUGHES, Philip. **História da Igreja Católica**. Leônidas G. de Carvalho (Trad.). São Paulo, SP: Dominus, 1962. 2.ed.

JAGUARIBE, Hélio. **Um Estudo Crítico da História**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001, v. II.

KULESZA, Wojciech A. **Comenius – A Persistência da Utopia em Educação**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Luiz Aparecido Caruso (Trad.). São Paulo: Mestre Jou, 1970.

LEITE, Serafim **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. I.

LOPES, Edson Pereira. **O Conceito de Teologia e Pedagogia na Didática Magna de Comenius**. São Paulo, SP: Mackenzie, 2003.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo, SP: Cortez, 1985.

LUTERO, Martinho. Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha, para que Criem e Mantenham Escolas. In: **Educação e Reforma**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.

_____. Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola. In: **Educação e Reforma**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo, SP: Nacional, 1980.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 7ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja – de Lutero a nossos dias**. São Paulo, SP: Loyola, 1995, vol. I.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. 5ª ed. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 2001, v.I.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo, SP: Cia Editora Nacional, 1952.

PEREIRA, Aline de C. D.; OLIVEIRA, Anna C.; PEREIRA, Érika C.; GARCIA, Stella de L.; FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. O Caráter Catequético da Educação na Obra do Padre Antonio Vieira. In: X CIC da Universidade Federal de São Carlos, 2002. **Programação Geral**. São Carlos, SP: UFSCar, 2002.

PEREIRA, Aline de C. D.; PEREIRA, Érika C.; FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. A Ação Evangelizadora do Padre Antonio Vieira com os Índios do Maranhão: catequese e casas de bê-a-bá. In: XI CIC da Universidade Federal de São Carlos, 2003. **Programação Geral**. São Carlos, SP: UFSCar, 2003.

- PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. José Severo de Camargo Pereira (Trad.). São Paulo: Cortez, 1986, 7 ed.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1961.
- PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2002, 3ª ed.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira – a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, 17ª ed.
- ROMAG, Dagoberto. **Compêndio de História da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1952, 2. ed., vol.III.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 27ª ed.
- ROSA, Maria da Glória de. **A História da Educação Através dos Textos**. São Paulo, SP: Cultrix, 1975, 3ª ed.
- SAVIANI, Demerval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **Educação Brasileira**, v.13, n.27, p.159-168, 1991.
- SCHUMANN, Breno; JERKAVIC, Jeronimo. **Lutero, 450 anos depois...** Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.
- TÜCHLE, Germano; BOUMAN, C. A. **Nova História da Igreja**. Waldomiro Pires Martins (Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, vol. III.
- VIEIRA, Padre Antonio. Sermão da Epiphania. In: _____. **Sermões**. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, 1945. v. II, p. 5-65.
- WARDE, Mirian. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.73, p.67-75, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)